



**BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Relatório & Contas 2014

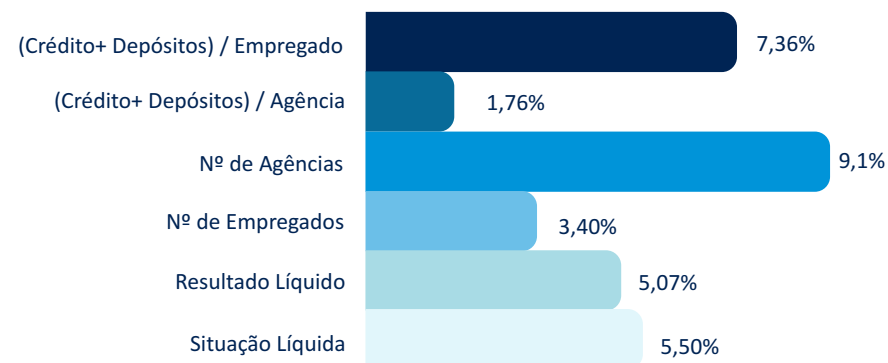
ÍNDICE

01. Principais Indicadores	03
02. Principais Referências	05
2.1 Estrutura Acionista	06
2.2. Órgãos Sociais	06
2.3 Marcos de Atividade	07
2.4 Estratégia e Modelo de Negócio	09
2.5 Presença Geográfica e Canal de Distribuição	10
03. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro	11
3.1 Contexto Internacional	12
3.2 Contexto Nacional	14
04. Principais Áreas de Negócio	18
4.1 Banca de retalho: Particulares	19
4.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições	21
05. Recursos Humanos	24
06. Responsabilidade Social	28
07. Análise Financeira	31
7.1 Componente de Balanço	32
7.2 Componente da Demonstração de Resultados	33
08. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados	34
09. Demonstrações Financeiras	36
9.1 Balanço	37
9.2 Demonstrações de Resultados	38
10. Notas as Demonstrações Financeiras	39
11. Parecer do auditor externo	68
12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	70

01. Principais Indicadores



Milhares de Dobras	2014	2013	△%
Balanço			
Activo Líquido	2.121.671.997	1.815.326.105	16,88%
Crédito Líquido	607.640.829	692.603.758	-12,27%
Recursos de Clientes	1.739.644.220	1.471.385.047	18,23%
Situação Líquida	299.337.972	283.745.299	5,50%
Resultados			
Margem Financeira	121.261.670	120.004.093	1,05%
Margem Complementar	73.024.912	71.812.880	1,69%
Produto Bancário	194.286.581	191.816.971	1,29%
Resultado de Exploração	81.593.622	87.640.865	-6,90%
Resultado antes de Imposto	43.945.127	42.129.487	4,31%
Resultado Líquido	31.912.113	30.373.443	5,07%
Rácios			
ROE	9,92%	9,96%	-0,04pp
ROA	1,30%	1,51%	-0,21pp
Margem Financeira/ Activo	5,36%	6,45%	-1,10pp
Margem Complementar/ Produto Bancário	37,59%	37,44%	0,15pp
Rácio de Eficiência (<i>Cost-to-Income</i>)	67,73%	63,22%	4,51pp
Capitais Próprios/ activo	13,22%	15,26%	-2,03pp
Rácio de Transformação	40,12%	49,18%	-9,06pp
Nº de Empregados	152	147	3,40%
N.º de Agências	12	11	9,01%
(Crédito + Depósitos) / Activo	202.556.023	199.052.722	1,76%
(Crédito + Depósitos) / Empregado	15.991.265	14.895.102	7,36%



02. Principais Referências



2.1 ESTRUTURA ACIONISTA



2.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Lourenço Soares
Presidente

Ana Silveira
Secretária

Inokcelina dos Santos
Secretária

CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adelino Castelo David
Presidente

João Carlos Aguiar Cristóvão
Vogal

Acácio Elba Bonfim
Vogal

Lucamba Magalhães
Vogal

Fernando Marques Pereira
Vogal

COMISSÃO EXECUTIVA

João Carlos Aguiar Cristóvão
Presidente

Acácio Elba Bonfim
Administrador Executivo

Lucamba Magalhães
Administrador Executivo

CONCELHO FISCAL

João Barata da Silva
Presidente

Idalino Rita
Vogal

Victor Cardoso
Vogal

2.3 MARCOS DA ATIVIDADE

O Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe, organizou várias atividades para assinalar mais um aniversário da instituição. No dia 3 de Março, em que o BISTP completou 21 anos de existência, realizou-se um jantar com o Conselho de Administração do BISTP, clientes e representantes de várias instituições públicas e privadas. Na semana das comemorações, também se realizou um almoço com os colaboradores e um torneio de futsal entre bancos e seguradoras que operam em São Tomé e Príncipe. Na agência da Sede, procedeu-se à distribuição de brindes alusivos a data.

MAR

O Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) decidiu rever em baixa a taxa de juro de referência em vigor desde Maio de 2012 passando de 14% para 12%. Segundo o BCSTP a redução da taxa vem em resultado da evolução favorável dos indicadores macroeconómicos, principalmente a melhoria do nível de inflação que se tem vindo a verificar nos últimos tempos.

Foi reinaugurada a Agência do Mercado do BISTP, após obras de ampliação e reabilitação. A Agência do Mercado foi a 2ª agência do BISTP a abrir ao público, decorria o ano de 1995, tornando-se desde logo a mais movimentada da sua rede de agências. Nesse sentido, e de forma a poder prestar um atendimento mais rápido e eficaz aos seus clientes, a agência passou a contar com 8 postos de caixa e um centro de depósito.



ABR

O BCSTP suspende os administradores do Banco Equador, inicia um seguimento mais próximo da gestão do banco e toma algumas medidas para assegurar o bom funcionamento do mesmo. Este banco comercial, de capitais angolanos tem vindo a atravessar problemas de solvabilidade e liquidez e um défice crónico de tesouraria; estas, foram as principais razões que levaram o BCSTP a controlar mais de perto as atividades desenvolvidas por esse banco.

MAI

O Island Bank (banco de capital nigeriano) foi declarado falido e os acionistas não tiveram outra solução senão a venda da instituição. O Island Bank foi vendido, a outro banco a operar em São Tomé e Príncipe, o Energy Bank, também de capital nigeriano. Segundo o BCSTP, foi dada a possibilidade aos acionistas de venderem a participação no banco a quem estivesse interessado a proceder à sua capitalização, o que acabou por acontecer com a compra desta instituição por parte do Energy Bank.

Foi lançado o novo cartão de débito com um grafismo concebido propositadamente para a marca BISTP, que veio substituir o cartão débito de cor verde cujo grafismo identificava-se apenas com a rede Dobra24 do sistema nacional de pagamentos automáticos.



JUN



Foi inaugurada a 12ª agência da rede do BISTP. Esta agência é a primeira da rede no distrito de Mé-Zochi, o segundo distrito mais populoso do país. A cerimónia de inauguração contou com a presença da Governadora do BCSTP e do Presidente da Câmara Distrital de Mé-Zochi.

OUT

Entra em funcionamento a internet banking transaccional do BISTP. Em 2009, o BISTP tinha disponibilizado aos seus clientes o serviço de internet banking que permitia apenas fazer-se consultas das contas. Com este novo serviço de internet banking os clientes passam a poder efetuar mais operações tais como transferências, pedidos de cheques, de cartões, etc.



DEZ

2.4 Estratégia e Modelo de Negócio

O ano de 2014 foi muito conturbado e de grande desafio para os bancos que operam no mercado santomense, no que toca ao nível de liquidez, solvência e rendibilidade, havendo mesmo caso de instituições que entraram em colapso.

No caso do BISTP, a experiência acumulada de 21 anos de atividade assentes numa estratégia de negócio que sempre pautou pela prudência, rigor, transparência, profissionalismo e solidez como princípios basilares no desenvolvimento da atividade financeira, permitiu ao mesmo resistir aos choques do mercado e desenvolver com sucesso a sua atividade de intermediação financeira orientada para a Banca de particulares e a Banca corporate (Empresas e Instituições).

O BISTP continuará fiel aos seus princípios, renovando sempre a sua ambição de inovação, satisfação plena do cliente e criação de valor para os acionistas. O desafio ao qual a administração do banco se propõe é a de poder fazer sempre mais e melhor para os seus clientes, para os colaboradores e para os acionistas. Este móbil tem levado a administração a definir políticas e ações visando o alcance de excelência, com particular destaque para área comercial, a área de sistema de informação, de recursos humanos e as instalações.

- **Na área comercial:** a procura de excelência tanto no segmento de Banca de Retalho como de Corporate, tem passado por uma melhor segmentação, acompanhamento e conhecimento dos clientes visando a apresentação de ofertas inovadoras de produtos e serviços eficientes na satisfação das necessidades dos clientes, e capazes de fortalecer e prolongar a relação do cliente com o banco. Na sequência de um melhor acompanhamento e conhecimento do cliente e das necessidades do mercado, prevê-se para o primeiro semestre de 2015, o lançamento de vários produtos para responder às necessidades e expectativas dos clientes particulares e empresas.

- **No que toca às instalações:** o BISTP tem feito uma real aposta na melhoria da estrutura arquitetónica das suas instalações, dando-lhe uma visão mais moderna e

harmoniosa, suscetível de proporcionar aos clientes um atendimento em espaços mais acolhedores.

- **No domínio do sistema de informação:** investimentos têm sido feitos visando o upgrade da aplicação informática, o aumento dos níveis de segurança e fiabilidade, e também a melhoria de acessibilidade aos produtos e serviços de banca por internet. A entrada em funcionamento do serviço "Kwa Non " com opção transaccional, é uma prova irrefutável da aposta do BISTP na procura constante das melhores soluções que possam estar em harmonia e acompanhar a dinâmica da necessidade dos clientes.

- **No que toca aos recursos humanos:** a administração do BISTP, dentro da sua visão estratégica, está convicta de que é só pela motivação, treinamento, e valorização do seus recursos humanos que é possível alcançar um maior comprometimento dos colaboradores com os objetivos do banco. Por isso, a política de gestão recursos humanos do BISTP assenta em 3 vertentes fundamentais, sendo a formação contínua dos colaboradores, o acompanhamento e gestão de carreiras, visando permitir a melhor realização profissional dentro do banco, e a avaliação de desempenho e alcance dos objetivos, cuja finalidade é acompanhar o nível de contribuição e de identificação com os objetivos da instituição.

O modelo de negócio escolhido pelo BISTP e a abordagem prudente que faz do mesmo na procura do melhor equilíbrio possível entre o risco e a rentabilidade, tanto no segmento particular como no segmento de empresas corporativas, tem permitido ao BISTP, ao longo desses anos e mesmo em períodos conturbados, aumentar o seu volume de negócios e manter a sua posição de líder no mercado.

Importa salientar que a responsabilidade social e ambiental é para o BISTP tão importante quanto o cumprimento de cada eixo estratégico. É por esta razão que o BISTP ao longo desses anos tem tido um papel muito ativo, dando apoio financeiro e material às instituições caritativas, na defesa de inclusão social, às instituições culturais e desportivas, bem como às instituições que promovem a proteção do meio ambiente.

O BISTP continuará a colocar a prudência no centro do desenvolvimento da sua atividade, por considerar que a manutenção de um bom nível de solvência, liquidez, confiança dos depositantes e criação de forma sustentada de resultados para os acionistas, só é possível com uma gestão prudente que requer a atividade bancária, principalmente em períodos de grandes adversidades.

nível de Filial.

Os efeitos positivos desta expansão refletem-se no aumento de número de clientes e na elevada quota de depósito (em torno de 71%) e de crédito (em torno de 45%).

O projeto contempla igualmente uma Mediateca.

2.5 Presença Geográfica e Canal de Distribuição

O BISTP é o banco mais antigo e líder no mercado santomense. Detém uma vasta rede de distribuição, com uma quota de 2/3 (dois terços) do mercado onde operam 7 bancos.

Embora o plano de expansão tenha deixado de ser um dos principais objetivos estratégicos, o BISTP mantém a sua ambição de continuar a expandir, visando uma maior cobertura geográfica e uma maior bancarização da economia. Neste âmbito foi inaugurada em Outubro deste ano a Agência da Trindade, na capital do segundo maior e mais populoso distrito do país (Mé-Zochi), elevando para 12 o número total de rede de agências do BISTP, distribuídas da seguinte forma: 9 agências distribuídas de forma estratégicas no distrito mais populoso, onde se encontra a capital do País e onde existe uma forte concentração da atividade económica; 1 no distrito de Cantagalo, 1 no distrito de Mé-Zochi, e 1 na Região Autónoma do Príncipe.

No que toca à agência da Região Autónoma do Príncipe, salienta-se que o aumento significativo do número de clientes nessa agência, e o importante crescimento que se tem vindo a verificar nessa região, levou o banco a iniciar a construção de um edifício de raiz, amplo e moderno, capaz de oferecer um acolhimento ainda mais agradável aos clientes. Prevê-se que as obras estejam concluídas no final do 3º trimestre de 2015. Assim, a presença do BISTP na Região Autónoma do Príncipe será elevado ao

03. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro



3.1. Contexto Internacional

Apesar da economia mundial em 2014 ter crescido 2,6%, um crescimento ainda assim superior ao registado no ano de 2013 (2,4%), o Banco Mundial considera que este resultado acabou por ser uma decepção, uma vez que as perspetivas apontavam para um crescimento na ordem de 3,3%.

A decepção em torno do crescimento da economia em 2014 é um ponto sensível e questionável, posto que tem sido recorrente: por três anos sucessivos, a economia mundial tem-se recusado a seguir as perspetivas relativamente otimistas das instituições multilaterais que, em essência, apontavam que o pior da crise teria ficado para trás. A duração do baixo crescimento por um período de tempo tão longo leva a questionar as políticas fiscais e monetárias recomendadas por essas instituições com o propósito de acionar o crescimento.

EUA e Zona Euro (Economias mais avançadas)

Em 2014 a evolução económica nos países mais avançados foi díspar, com a economia dos EUA a mostrar um bom desempenho, ao passo que a economia da zona euro ainda está acusando os efeitos negativos da crise e tem evidenciando grandes dificuldades para relançar o crescimento, apesar das medidas draconianas aplicadas visando a redução do défice orçamental dos países membros.

Nos EUA houve um aumento significativo de emprego, uma melhoria da situação financeira, um aumento do índice de confiança das famílias e um aumento do mercado de imobiliário. A economia americana conheceu um crescimento na ordem de 2,4% em 2014, contra 1,9% registado em 2013.

Enquanto isso, a zona euro dá sinais de desalento; o pacote de austeridade implementado após a crise não funcionou como era esperado, o desemprego segue

em níveis elevados (11,4% em média ao nível da zona euro), o nível de investimento é muito baixo, apesar da taxa diretora do BCE próxima do zero, e dois de seus principais países, França e Itália, estão em recessão.

A nível global, a zona do euro é a região que tem registado o pior crescimento desde 2013, bem abaixo dos Estados Unidos, dos emergentes asiáticos ou da África subsaariana.

A zona euro também vive um dilema relativamente ao modelo económico a seguir. Os europeus estão polarizados entre a austeridade imposta pela Alemanha (com o apoio da Holanda, Áustria, Finlândia e até Espanha) e o aumento dos gastos públicos defendido por França e Itália (apoiados por Portugal e Grécia) para combater os efeitos da crise. A verdade atual é que a política de austeridade defendida pela Alemanha não tem tido os efeitos desejados.

Em 2014, a expansão da economia da zona euro foi em torno de 0,9%, e espera-se que em 2015, o crescimento continue a ser fraco.

No entanto, o baixo nível do preço do petróleo, das matérias-primas, bem como do baixo custo do financiamento poderão favorecer o crescimento do conjunto dos países avançados que poderá atingir 2,2% em 2015, ligeiramente superior ao obtido em 2014 (1,8%). Esta previsão de crescimento do conjunto dos países avançados está muito dependente da boa estimativa de crescimento que se antevê para a economia dos EUA (3,2% em 2015, segundo as previsões do FMI).

A principal ameaça que paira sobre o desempenho da economia dos países avançados está associada ao prolongamento dos níveis de inflação extremamente baixos na zona euro. Pois, a possibilidade de um período prolongado de baixa inflação pode suprimir ou adiar a procura de bens e serviços para consumo e para o investimento, travar o crescimento e criação de postos de emprego. Neste contexto, a Presidente do FMI considera oportuno haver uma maior flexibilização monetária, de forma a permitir

que o objetivo do Banco Central Europeu, de estabilidade dos preços, seja alcançado. A situação da Grécia também continua a ser um ponto negativo e afeta a confiança dos investidores na economia da zona euro.

Economias Emergentes

O nível do crescimento económico dos países emergentes também foi dececionante neste ano de 2014. A projeção de que o Brasil começaria uma recuperação mais forte não se confirmou. A Rússia está à beira de um colapso e de uma recessão, a economia da China desacelera.

O PIB da China fixou-se em 7,4%, sendo o nível mais baixo dos últimos 24 anos, essa tendência de crescimento decrescente da primeira economia mundial tem impacto na economia global, e de forma muito mais marcante a nível dos países emergentes da Ásia.

O PIB do Brasil foi um dos que menos cresceu (+0,1%), neste conjunto das ditas economias emergentes. O Brasil terá o desafio de lidar com os desequilíbrios macroeconómicos e com os excessos de políticas que levaram a um situação de baixo crescimento e inflação em alta (6,5%).

A evolução do preço das matérias-primas, em particular o petróleo, poderá favorecer os países importadores, principalmente a Índia e a China, permitindo reduzir as pressões inflacionistas, melhorar a balança comercial e o equilíbrio orçamental. Porém, esta baixa do preço de petróleo vai reduzir o crescimento nos países exportadores, como é o caso da Rússia.

A economia dos países emergentes cresceu em 2014 em torno de 4,4%, e espera-se que em 2015 haja uma ligeira queda para se situar em torno de 4,3%. Esta queda do crescimento previsto resulta do arrefecimento dos picos de crescimento da economia chinesa, da recessão da Rússia e a redução de exportação de produtos de base

(consequência do fraco crescimento da economia da zona euro).

África Subsaariana

O crescimento progrediu moderadamente na África Subsaariana em 2014, para 4,5%, comparado com 4,2% em 2013. Na África do Sul, o crescimento abrandou significativamente, condicionado por greves no sector mineiro, escassez de energia elétrica e baixa confiança por parte de investidores. Angola foi atrasada pela descida de produção de petróleo, e o surto de Ébola perturbou gravemente a atividade económica na Guiné, Libéria e Serra Leoa. Contrariamente, Nigéria, viu as suas atividades aumentarem num ritmo robusto, apoiadas por um sector não petrolífero. O crescimento foi igualmente forte em muitos dos países de baixo rendimento na região.

Com a exceção da África do Sul, o crescimento médio para o resto da região foi de 5,6%, todavia, a pobreza extrema permanece alta em toda a região.

Prevê-se que o crescimento do PIB regional permaneça de um modo geral inalterado, fixando-se em 4,6% em 2015.

No continente africano, apesar do surto de ébola que afetou a confiança dos investidores, causando perturbações graves ao comércio transfronteiriço e às cadeias de abastecimento na região, o crescimento permanecerá robusto na maioria dos países de baixo rendimento, graças ao investimento em infraestruturas e a expansão agrícola. Os baixos preços de produtos de base poderão, todavia, amortecer a atividade dos exportadores de produtos de base, e condicionar taxa de crescimento.

À imagem do que temos vindo a assistir nos últimos anos, o crescimento dos países emergentes e dos países africanos representarão o essencial do crescimento da economia mundial, e continuarão a ser os pólos económicos com melhor perspetiva de crescimento, sendo este um elemento preponderante para que os países que fazem parte destes conjuntos continuem a ser atrativos para os investimentos diretos

estrangeiro.

De acordo com os dados do Banco Mundial, as tendências de crescimento dos diferentes grupos de países são os seguintes:



Fonte: Banco Mundial

3.2 Contexto Internacional

Embora houvesse expectativas positivas quanto à retoma da atividade económica em 2014, constatou-se porém que o contexto económico de 2014 ficou muito marcado por um nível baixo, quase nulo, de investimento público, por um aumento de dificuldade do Estado em pagar as suas dívidas às empresas, por um aumento do nível de incumprimento ao nível de crédito bancário e uma redução do nível de crédito à economia. Os investimentos privados, foram os principais responsáveis pelo nível de crescimento económico registado.

O país registou dificuldades em mobilizar recursos suficientes para financiar o

Orçamento Geral do Estado, avaliado em 159 milhões de dólares, porque como se sabe este depende e muito de doadores internacionais. Os sectores sociais e das infraestruturas foram as grandes prioridades do investimento público para dar resposta às várias necessidades das populações, com destaque para o fornecimento de energia e água potável, apoio aos jovens com iniciativa empresarial, sendo essas também as prioridades definida para 2015.

Apesar do contexto de grande incerteza e de fraca atividade económica, alguns indicadores macroeconómicos registados em 2014, foram positivos.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Produto Interno Bruto (PIB), de São Tomé e Príncipe registou um crescimento de 4,5% em 2014, superior ao crescimento de 2013, mas ainda abaixo da projeção do FMI que apontava para 5,5%. O PIB foi impulsionado, essencialmente, pelo IDE com principal destaque para o grupo HBD, com investimentos importantes no sector turístico, a Unitel, sector de comunicação, e grupo chinês, no sector comercial.

A taxa de inflação continua a baixar, e o ano de 2014 terminou com uma taxa de 6,4%, sendo a mais baixa das duas últimas décadas.

As receitas fiscais correntes cresceram de forma ligeira (0,2%), fruto de um progressivo da base tributária e um melhor controlo por partes da direção dos impostos, visando reduzir o nível de fuga ao fisco. Nesse ano, essas receitas elevaram-se à 15,5% do PIB. As despesas primárias tiveram um crescimento na ordem de 8,6%, e o seu peso face ao PIB elevou-se à 19,1% do PIB. Um maior volume de despesas correntes face as receitas originou um saldo primário deficitário na ordem de 3,5% do PIB. O governo do país está comprometido em restaurar a disciplina fiscal para manter a credibilidade do regime de câmbio fixo e também para criar espaço necessário para investimentos públicos.

Relativamente balança comercial, salienta-se que a exportação cresceu em torno de 33%, totalizando cerca de 17 milhões de dólares americanos, o que representa apenas

cerca de 5,49% do PIB. O cacau biológico continua a ser o principal produto de exportação, e a aposta na sua qualidade, certificação e aumento de produção, a principal estratégia para conquistar os mercados e negociar melhores preços. A importação também conheceu um crescimento na ordem de 14,42%, e o seu peso no PIB ficou em 46,12%. O essencial dos produtos importados destina-se ao consumo.

O rácio de cobertura da exportação pela importação fixou-se apenas em 7,1%, ainda assim superior ao nível de cobertura de 2013 (5,4%).

O essencial da troca comercial é feito com o mercado da zona euro que responde por cerca de 63,5% do fluxo comercial estabelecido entre S. Tomé e Príncipe e o resto do mundo.

As reservas internacionais do país estão numa situação confortável, registando-se um substancial reforço, alcançando os 6 meses de importação. Este valor mantém-se num patamar relativamente confortável em relação ao valor de referência (3 meses), de ativação da facilidade de crédito do Acordo de Cooperação Económica.

No que toca ao investimento privado, salienta-se o interesse crescente dos investidores estrangeiros em S. Tomé e Príncipe para os diferentes sectores de atividade.

Ao nível das telecomunicações, salienta-se os investimentos feitos pela Unitel-STP na ordem de 30 milhões de dólares na rede telefónica móvel com vista a permitir uma maior cobertura e uma melhor qualidade de comunicação para os utilizadores da rede Unitel em toda a ilha de S. Tomé, e será alargada paulatinamente para todo o país. A UNITEL, veio trazer concorrência ao mercado que vivia num estado de monopólio há mais de 20 anos.

Após o reatamento das relações económicas com a República Popular da China, diversos investidores chineses têm mostrado interesse em investir em projetos estruturantes em S. Tomé. Neste ano de 2014 deu-se início à construção de um centro

comercial, investimento chinês, orçado em cerca de 6 milhões de euros, que virá a empregar cerca de 250 pessoas.

Ao nível do dossier petróleo, salienta-se a adjudicação do bloco 2 da Zona Económica Exclusiva (ZEE), à empresa Sinoangola (empresa de capital angolano e chinês), que, dentro do prazo estabelecido por lei, depositou no tesouro público são-tomense, o valor de 5 milhões de dólares, referente ao bónus de assinatura do bloco 2. Conforme o contrato assinado entre as partes, a empresa deverá, nos próximos 8 anos, investir 154 milhões de dólares na realização de estudos sísmicos sobre o bloco 2, estudos de impacto ambiental, perfuração do bloco e avaliação dos recursos existentes.

Posteriormente foi aberto pela Agência Nacional de Petróleo, um outro concurso para a exploração de outros blocos. As empresas que participaram neste concurso restrito, foram a portuguesa Petróleos de Portugal, SA e a britânica London Global Energy LTD para exploração do bloco 6; e a Blue Skies World Group para exploração do bloco 1.

No que toca ao sector bancário, destaca-se a decisão do BCSTP de rever em baixa a taxa de juro de referência em vigor desde Maio de 2012 passando de 14% para 12%. Segundo o BCSTP a redução da taxa vem em resultado da evolução favorável dos indicadores macroeconómicos, principalmente a melhoria do nível de inflação que se tem vindo a verificar nos últimos tempos. Esta medida pode também ser vista como um instrumento para incentivar os bancos comerciais a baixar as suas taxas de empréstimo, a fim de impulsionar o setor privado e criar oportunidades para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Ainda ao nível do sector bancário, importa salientar também que o ano de 2014, foi caracterizado pela falta de liquidez, baixa de rentabilidade, aumento do nível de risco de crédito, e redução de número de bancos no mercado (de 8 para 7). Essa evolução do mercado bancário, reflete bem as consequências ainda bem visíveis da recente crise financeira mundial, cujos efeitos ainda têm afetado o nosso mercado interno.

Dado o peso do ativo total dos bancos face ao PIB (69%), é evidente que a evolução da

da atividade bancária tem um efeito muito claro sobre a economia do país.

O ativo dos bancos conheceu uma expansão na ordem de 12%, propulsionado essencialmente pelo aumento de liquidez imediata. A liquidez imediata passou à ser a principal componente do ativo com um peso de 47%, e o crédito passou a ser segundo elemento mais importante, com um peso de 32%.

O crédito à economia registou uma contração na ordem de 3,84%, evidenciando uma política menos expansionista dos bancos, fortemente justificada pelo crédito em incumprimento que elevou-se a 28% do total da carteira de crédito concedido, contra 23,1% no período homólogo. O peso do crédito à economia face ao PIB passou de 33,7% para 30,2% em 2014.

O depósito total, conheceu um aumento de 17%, e o seu peso sobre o PIB passou para 39,37%, contra 36,74% registado no ano transato.

O rácio de transformação situou-se em 57% contra 73% em 2013.

Os fundos próprios dos bancos conheceram uma degradação, evidenciando uma acumulação de resultado negativo. O rácio de solvabilidade situou-se em 15,1%, contra 18% registado no ano transato. Embora a média do rácio ao nível do mercado está acima do mínimo regulamentar, 12%, existem bancos que estão abaixo deste mínimo.

O rácio de liquidez situou-se em 57%, muito acima do regulamentar que é de 20%.

Relativamente ao nível de rentabilidade do mercado, denota-se que o cenário é pouco animador, visto que o ROE e ROA são negativos na ordem de, respetivamente, 35,24% e 4,9%.

O resultado líquido do sector foi negativo em STD -219.000 mio, contra STD - 83.115 registado no ano transato, sendo uma deterioração do resultado na ordem de 62%.

Os indicadores acima refletem um ano de 2014 de enormes dificuldades para os bancos no que toca a qualidade dos seus ativos e a rentabilidade dos mesmos. Os bancos no que toca a qualidade dos seus ativos e a rentabilidade dos mesmos. Os bancos desenvolveram as suas atividades de intermediação num clima de negócios muito incerto, em que as oportunidades se fizeram escassas. Em busca de maior e melhor rentabilidade, muitos bancos correram maiores riscos na captação de recursos dos clientes e na prospeção de novos negócios. Alguns bancos entraram em colapso, em resultado de falta de liquidez, aumento de crédito em incumprimento e acumulação de resultados negativos.

O Island Bank foi declarado falido pelo BCSTP. O processo de intervenção foi concluído e esta instituição bancária foi adquirida pelo Energy Bank S.Tomé e Príncipe. O processo de incorporação corre os seus trâmites normais, sob a monitorização do BCSTP, devendo culminar na transferência de todos os clientes do Island Bank para o Energy Bank São Tomé e Príncipe, como consequência da transmissão de todos os ativos e passivos daquela para esta instituição bancária. A solução alcançada foi a que, na perspetiva do BCSTP, enquanto entidade reguladora e supervisora do sector financeiro, se apresentou como mais adequada à proteção dos interesses dos depositantes e à manutenção da estabilidade do sistema financeiro nacional, em geral.

O Banco Equador (BE) de capital angolano e que é tido como o segundo ou terceiro mais importante banco comercial do mercado, tem vindo a atravessar problemas de solvabilidade e liquidez, designadamente défice crónico de tesouraria. A entidade supervisora mais uma vez foi forçada a intervir, tendo tomado o controlo da instituição e demitido todos os administradores, como forma de assegurar o bom funcionamento e o saneamento do mesmo.

Apesar desta conjuntura adversa, o BISTP procurou sempre melhorar e consolidar a sua posição de líder, num mercado onde o nível de concorrência é elevado e os clientes são cada vez mais exigentes. A política prudente na concessão de crédito, principal-

-mente os créditos de longo prazo, conjugada com uma procura menos importante do financiamento bancário, conduziu à queda da carteira de crédito na ordem de 8,21%, ao passo que os depósitos de clientes conheceram um crescimento de 18,23%. Este resultado é muito satisfatório, se tivermos em conta que o BISTP decidiu rever em baixa as taxas de remuneração dos depósitos.

De frisar também que as reservas mantidas no BCSTP, tiveram um forte crescimento na ordem de 28,67% e contribuíram para que o ativo total do BISTP crescesse 16,89%. O resultado líquido também teve uma evolução positiva, tendo crescido em 5,07% face ao ano de 2013.

Com as perspectivas de crescimento económico de 5% para 2015 (previsão do BCSTP), e com o país comprometido em restaurar a disciplina fiscal para manter a credibilidade do regime de câmbio fixo, espera-se que vislumbrem mais e melhores oportunidades de negócio e investimentos públicos.

04. Principais Áreas de Negócio



4.1. Banca de Retalho: Particulares

Com um peso de 60% do total da carteira de depósito de clientes e 55% do total de crédito a clientes, este segmento representa uma parte muito significativa do negócio do banco.

Embora num cenário adverso, e pouco estimulante, o BISTP tem razões de sobra para continuar apostando na busca de soluções que visam a satisfação plena dos clientes e a consolidação da sua posição de líder nesse segmento.

Assim, nesse ano procurou-se reforçar ações com maior orientação para o cliente e maior proatividade comercial. O lançamento do serviço Internet Banking transacional foi um marco importante nesta estratégia comercial, que tornou a acessibilidade aos serviços e produtos mais simples, cómodo, intemporal, e conferiu uma maior autonomia aos clientes na execução de certas operações bancárias.

A busca constante de soluções que se adequam às necessidades dos clientes, e tornam a relação do cliente com o banco mais simples e pragmáticas têm concorrido positivamente para uma maior fidelização e aumento do número de clientes.

Depósitos

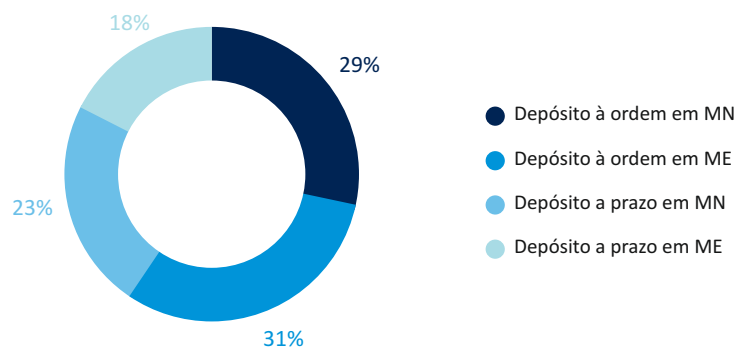
A contínua capitalização da imagem de solidez e fiabilidade, que o BISTP sabiamente conquistou junto do seu público (stakeholders), contribuiu positivamente para aumentar a carteira de depósito de clientes, nesse segmento, em 21,42% face a 2013.

A imagem de segurança e solidez que o BISTP tem conseguido passar ao mercado tem sido um forte argumento para potenciar a fidelização e conquistar novos clientes, principalmente quando existem bancos no mercado que têm demonstrado grandes dificuldades de liquidez nos últimos tempos.

Quanto à composição da carteira por tipo de depósito, denota-se que o depósito à ordem, que representa 59,33% do depósito neste segmento, cresceu 15,12% face a 2013. O depósito a prazo, apesar de se ter reduzido a taxa de remuneração, registou um crescimento de 31,95% face ao período homólogo, e o seu peso na carteira nesse segmento situou-se em 40,67% contra 37,42% no ano de 2013.

No que toca a composição do depósito por moeda, salienta-se a existência de uma ligeira predominância de depósitos em moeda nacional (51,1% do total dos depósitos) face ao depósito em moeda estrangeira (48,9%).

O BISTP seguirá focado na busca de produtos e serviços bancários mais diversificados, que respondam eficientemente às necessidades específicas dos diferentes agregados desse segmento (dividido em clientes de Renda Media e Alta, e clientes de Renda Baixa), visando o aumento do seu volume de negócio e reforço da sua posição de líder nesse segmento.



Crédito

A fraca dinâmica da economia nacional verificada ao longo desse ano e uma clara subida de risco de deterioração da carteira de crédito, condicionou a evolução da carteira de crédito neste segmento, que conheceu uma contração na ordem de -6,58% face ao ano anterior.

O contexto económico de 2014 obrigava o banco a manter elevado o seu nível de prudência relativamente à política de concessão de crédito e o reforço de ações visando a recuperação.

Crédito a particulares

	2014	2013	△ %
Crédito à Habitação	225.409.385.138,40	236.845.634.593,64	-4,8%
Crédito ao Consumo	47.606.950.977,08	42.561.530.793,06	11,9%
Crédito Automóvel	10.456.942.626,97	14.462.128.036,85	-27,7%
Outros Créditos	127.170.956.284,25	153.883.712.029,15	-17,4%
Créditos em Cobrança Coerciva	23.823.844.247,10	17.308.805.411,05	37,6%
TOTAL	434.468.079.273,79	465.061.810.863,75	-6,58%

O quadro acima, evidencia que de uma forma global o crédito neste segmento conheceu uma queda moderada (-6,58%), consequência não só de uma política mais prudencial e criteriosa na matéria de concessão, como também de uma redução na procura do financiamento bancário.

O crédito à habitação, para fins de construção e remodelação, conheceu uma queda moderada na ordem de -4,8% face ao ano de 2013, devendo-se ao facto do banco ter, de forma estratégica, privilegiado créditos de mais curto prazo. O crédito ao consumo, sendo o crédito mais procurado pelos clientes, teve uma importante subida, 11,9%, impulsionada por uma redução de taxa de juros aplicadas a este produto, e pela orientação de concessão de crédito definida pela administração, que se enquadra na estrutura desse produto. O crédito automóvel, conheceu uma importante redução (-27,7%), resultante de uma clara baixa na procura deste produto.

Não obstante os esforços imprimidos na recuperação dos créditos, a deterioração da situação financeira das famílias e pequenos negócios, resultante de uma conjuntura económica difícil, associado à dificuldade de resolução em tempo útil dos processos de crédito mal parado que se encontram ao nível dos tribunais, explicam a subida de crédito em situação de cobrança coerciva em torno de 37,56%.

Relativamente à evolução de crédito por moeda, verificou-se uma queda tanto no crédito na moeda nacional como na moeda estrangeira. O crédito na moeda nacional, conheceu uma queda moderada na ordem de -3%, elevando o peso de crédito em MN para 48,3% do total de crédito deste segmento, contra 46,7% em 2013. O crédito em moeda estrangeira teve uma queda na ordem de -9% face ao ano de 2013, mas ainda tem um peso de 51,7% do total de crédito neste segmento.

Respeitante à composição da carteira por moeda, o grande desafio atualmente, reside no aumento do peso de crédito em moeda nacional, visando um melhor equilíbrio com composição dos depósitos de clientes (origem dos recursos).

Quanto à qualidade da carteira nesse segmento, importa salientar que, a melhoria contínua ao nível do conhecimento do cliente e da sua situação financeira, dos colaterais exigidos para garantir as operações e o reforço dos meios afetos à recuperação, têm permitido um maior controlo do risco da carteira de crédito. No entanto, o ambiente macroeconómico adverso que caracterizou o exercício de 2014

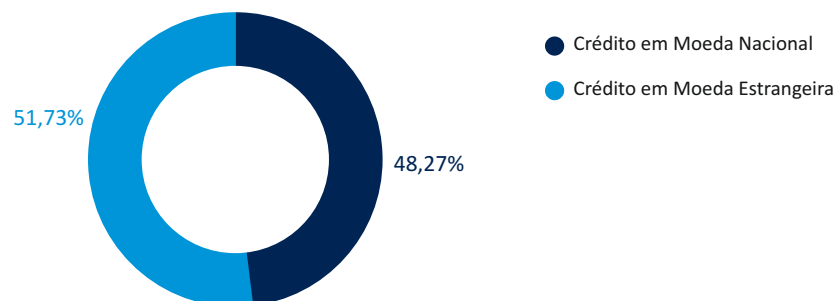
teve repercussões inevitáveis nos níveis da deterioração da qualidade da carteira.

A análise da evolução da qualidade do crédito permite destacar os seguintes aspetos mais relevantes:

(i) Evolução favorável da cobertura do crédito total (vencido e corrente), que consistentemente em vindo a aumentar, e que no final do ano de 2014 se situava em 21,07% (Dezembro 2013: 17,10%);

(ii) O crédito vencido há mais de 90 dias fixou-se em STD 57.720 mio, contra STD 51.822 mio em 2013, ou seja um aumento de 11,4%, e a cobertura situou-se em 159% contra 145% em 2013;

Esta política de provisionamento, pautada por critérios de rigor e prudência, permitiu que no final de 2014 os rácios de cobertura de crédito por provisões se situassem em níveis bastante confortáveis em todos os segmentos da carteira de crédito do BISTP.



4.2. Banca Corporativa: Empresas e Instituições

Apesar do lento desenvolvimento do tecido empresarial nacional, esse será sempre um segmento de grande importância para o BISTP. Importa também frisar que a fraca dinamização das empresas deve-se muito ao nível cada vez mais baixo de investimento público e privado.

Em 2014 o segmento Empresas tinha um peso respetivamente de 45,20% e 39,89% do total da carteira de crédito e de depósito do banco.

Dando sequência à orientação estratégica de crescimento da quota de mercado do BISTP e afirmação da sua liderança neste segmento de empresas, procurou-se consolidar o modelo de serviço personalizado, assegurado pelos gestores, que tentam estabelecer através duma abordagem integrada das necessidades empresariais e particulares dos seus clientes, uma relação positiva e duradoura entre o banco e o cliente. Em breve a mesma filosofia será implementada na rede das agências, para um melhor acompanhamento e satisfação das pequenas empresas e clientes particulares que não estão definidos na carteira da Direção de Empresas (DEM).

Depósitos

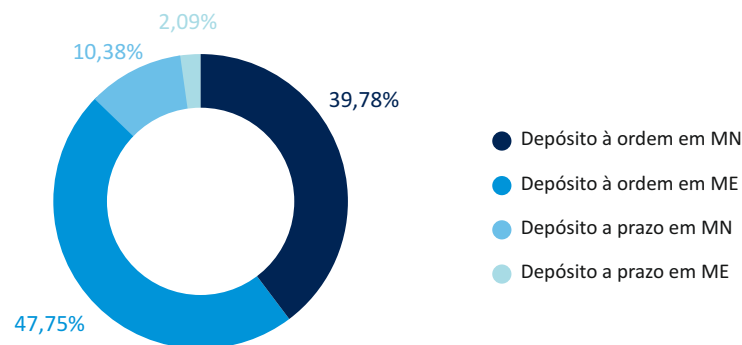
O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2014 um crescimento na ordem de 13,75%, sustentado pelo crescimento em 11% do depósito à ordem, e de 33% do depósito a prazo, apesar da revisão em baixa das taxas passivas.

O peso de depósito a prazo neste segmento passou de 11% em 2013 para 12% em 2014, e o depósito à ordem passou de 89% para 88% em 2014.

No que se refere a composição do depósito por moeda, nota-se que o depósito em moeda nacional representa 50,16% do total dos depósitos contra 57,2% em 2013.

Importa frisar, que embora o BISTP tenha reduzido a sua taxa de remuneração dos

passivos, ainda assim, o volume dos depósitos registou um aumento.



Crédito

A carteira de crédito deste segmento teve uma queda na ordem de -10,42%. Apesar da fraca atividade económica, e da adoção de uma política creditícia pouco expansionista em geral, o BISTP tem dado uma atenção particular a este segmento, procurando soluções de financiamento, mais adequadas ao contexto e à situação de cada empresa, suscetível de permitir que estas últimas, mesmo numa conjuntura marcada por muitas adversidades, desenvolvam suas atividades e dinamizem a economia. É nesta ordem de ideias que o BISTP está a preparar um pacote de soluções de crédito, que será lançado em 2015, a taxas competitivas visando ajudar as empresas a desenvolverem e modernizarem os seus negócios.

Crédito a Empresas

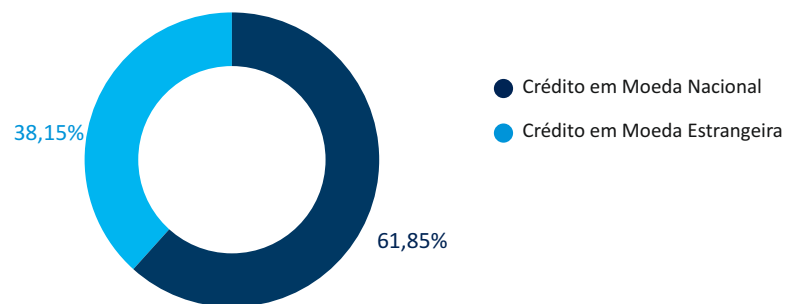
	2014	2013	△ %
Crédito ao Comércio	22.778.486.312,06	22.505.851.731,47	1,2%
Crédito Automóvel	5.378.529.690,20	9.288.920.750,05	-42,1%
Crédito Investimento	136.208.894.730,34	161.076.125.843,40	-15,4%
Outros Créditos	150.760.968.290,30	182.023.714.992,10	-17,2%
Créditos em Cobrança Coerciva	43.248.681.130,75	25.171.693.450,81	71,8%
TOTAL	358.375.560.153,65	400.066.306.767,84	-10,42%

O crédito destinado ao comércio foi o único que registou um crescimento, embora ligeiro. A queda registada ao nível dos créditos neste segmento, reflete um nível de atividade económica muito baixo. E o aumento de créditos em cobrança coerciva é uma clara consequência deste contexto económico marcado pela ausência de investimentos públicos, pelas dificuldades sentidas pelo Estado nos pagamentos das suas dívidas junto as empresa e também pela deterioração da situação financeira das empresas. Além desta condicionante económica, a ineficiência dos tribunais em julgar os processos dos créditos litigiosos, também contribui sobremaneira para o aumento de créditos nesta situação.

Quanto a qualidade da carteira, salienta-se que os esforços investidos num melhor acompanhamento e recuperação dos créditos permitiram uma redução de crédito vencido há mais de 90 dias neste segmento na ordem de -16,9%, tendo o volume de crédito vencido a mais de 90 dias fixado em STD 50.874 mio, contra STD 61.242 mio em 2013. Também neste segmento o banco tem mantido a sua política prudencial no que toca às provisões. Para o ano de 2014 a provisão total constituída cobria o crédito vencido há mais de 90 dias em 192,8%, contra 152% em 2013.

No tocante à composição de crédito por moeda, nota-se que em 2014, o crédito em moeda nacional cresceu em 30,34% face ao ano de 2013, ao passo que o crédito em moeda estrangeira caiu em -40,56%. Dado o forte crescimento do crédito em moeda nacional, o seu peso sobre o total de crédito neste segmento passou para 61,85% contra 57,49% em 2013.

Esta clara preferência pela concessão de crédito em moeda nacional resulta da vontade do BISTP em estabelecer um maior equilíbrio entre a composição de origem dos recursos e a aplicação dos mesmos, mas também, visa a fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional.



05. Recursos Humanos



Em 2014, ao nível de RH optou-se por uma estratégia de ajustamentos necessários as políticas anteriormente definidas, onde foram efetuadas as alterações e adaptações necessárias face ao contexto e aos novos desafios.

Pelo que o apoio direto as áreas de negócio, o reconhecimento do mérito, gestão do potencial, desenvolvimento das competências e melhoria das condições pessoal e profissional dos colaboradores foram os eixos estratégicos da gestão RH em 2014.

6.1. Distribuição por Vínculo Jurídico

Em 2014, o quadro de pessoal do BISTP contava 152 colaboradores, dos quais 4 em comissão de serviço, 12 em período experimental, 7 em regime de prestação de serviço e 129 com vínculo de efetividade.

Gráfico1 - Vínculo Jurídico em 2014

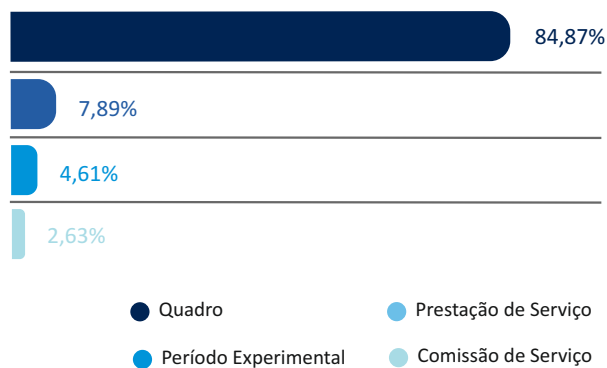
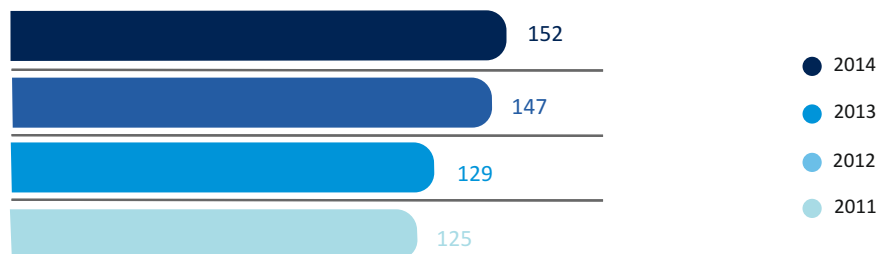


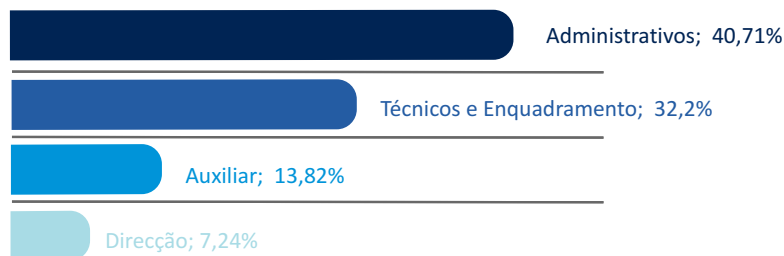
Gráfico 2 - Evolução do Efetivo de 2011 à 2014



6.2. Distribuição Funcional

Os administrativos continuam a ser o grupo profissional com maior número de empregados (71), e representando 46,71% do total do efetivo.

Gráfico 3 - Efetivos por Grupo Funcional



6.3. Distribuição segundo gênero

Mantém-se a tendência para o aumento de empregados de sexo feminino. Em dezembro de 2014, contava 81 empregados de sexo feminino e 71 masculino. Este aumento fez variar a taxa de feminização para 53.28%.

Gráfico 4 - Distribuição segundo Gênero

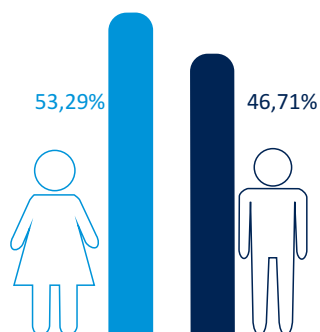
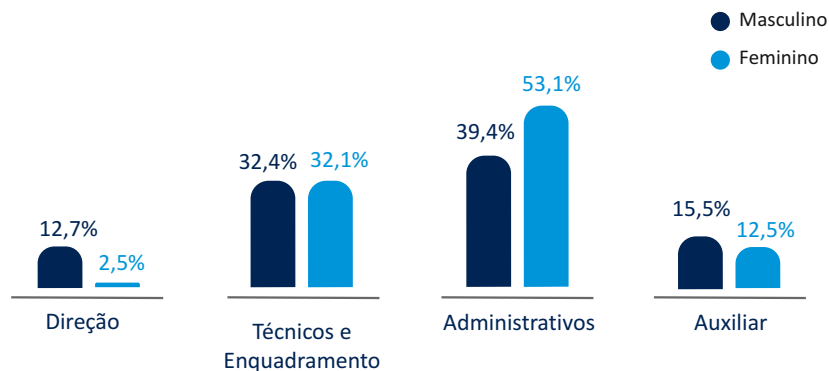


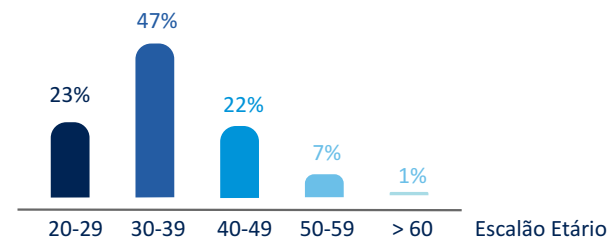
Gráfico 5 - Grupo Funcional por Gênero



6.4. Distribuição por escalão etário

O escalão etário com maior número de empregados é o de 30 a 39 anos, situação análoga ao período homólogo, em 2014 representava 47% do efetivo do BISTP.

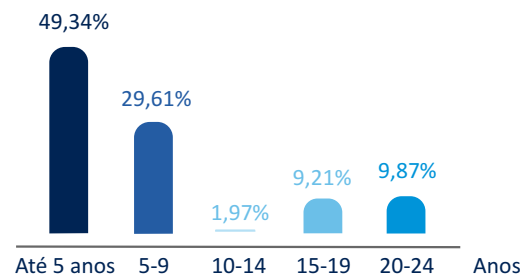
Gráfico 6 - Efetivo por Escalão Etário



6.5. Distribuição por antiguidade

No BISTP, a antiguidade de 74,15% dos colaboradores, situa-se “até 5 anos”.

Gráfico 7 - Grupo por Antiguidade



6.6. Distribuição segundo o nível de escolaridade

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens com formação de nível superior nos últimos anos, fez aumentar o índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2014 o número de empregados com habilitação Superior atingiu 49,34% do efetivo total do Banco.

Gráfico 8 - Distribuição por Habilitação Literária

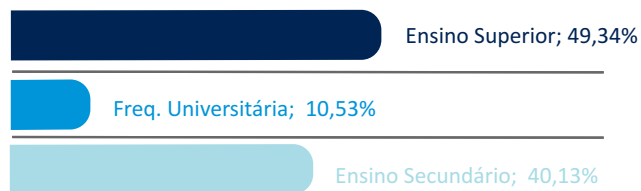


Gráfico 9 - Habilitação Literária por Género

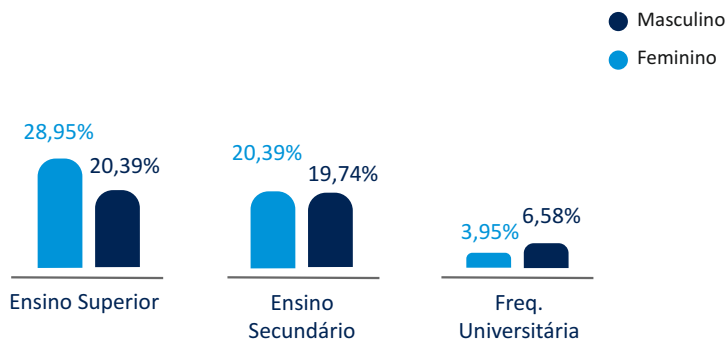
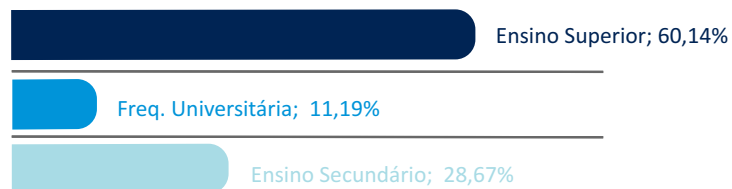


Gráfico 10 - Habilitação Literária Grupo I (Empregados com Funções Bancárias)



06. Responsabilidade Social



Ao longo dos anos, o BISTP tem conciliado o crescimento da sua atividade comercial com a defesa do ambiente e a responsabilidade social, refletindo uma efetiva preocupação social, quer no respeito para com o ambiente, quer no envolvimento com a comunidade. Nesse sentido, procura adotar uma atitude participativa, cumprindo plenamente a sua responsabilidade perante clientes, colaboradores, fornecedores e meio envolvente.

No âmbito da sua política de responsabilidade social, o BISTP manteve, em 2014, uma importante atividade de apoio a um conjunto de projetos e de iniciativas relevantes, em áreas tão diversas como a solidariedade social, educação, desporto, a cultura, entre outras.

Solidariedade Social

Em 2014, o BISTP deu continuidade à sua política de apoio a instituições de intervenção social, relacionadas sobretudo com a proteção e educação infantil. Neste domínio, o BISTP prosseguiu a sua parceria com a Fundação de Lares Familiares para crianças e jovens - Novo Futuro, apoiando o Projeto "Casa/Lar Virgínia Silva" desta Fundação com um donativo financeiro mensal e apoio anual para aquisição de materiais e batas escolares para as crianças inseridas neste projeto. Esta Fundação desenvolve ações que têm por objectivo a reinserção social de crianças e jovens em situação de risco e o combate à respectiva exclusão social. A parceria entre o Banco e esta Fundação foi estabelecida através de um protocolo de colaboração assinado em 2008.

Tal como no ano anterior, o BISTP apoiou as atividades da Fundação da Criança e Juventude, através da concessão de um patrocínio mensal, para o desenvolvimento de ações que têm como objetivo a proteção e acompanhamento de menores e jovens carenciados, nas áreas sociais e cívicas, culturais, pedagógicas, lúdicas e materiais.

Em 2014 o BISTP decidiu reforçar a sua parceria com a Associação dos Deficientes de

São Tomé e Príncipe e a Associação de Cegos e Ambliopes de São Tomé e Príncipe. Neste sentido, o BISTP assinou protocolos de colaboração com estas duas associações, com objetivo de apoiar financeiramente estas instituições no desenvolvimento de suas ações que têm como objetivo o acompanhamento dos deficientes, na área social, cultural, pedagógica, lúdica e material.

Educação

A Educação é mais que uma simples aquisição de saber. Ela propicia o desenvolvimento dos indivíduos e forma um sólido alicerce para toda e qualquer sociedade organizada." Reconhecendo a importância e o valor da educação, o BISTP atribuiu bolsa de mérito a melhor aluna finalista do Instituto Diocesano de Formação e também premiou com valores monetários os dois melhores classificados finalistas do Curso de Ciências Económicas da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe. Através destas duas iniciativas, o BISTP mais uma vez premiou e incentivou a dedicação aos estudos.

Em 2014, o Banco apoiou financeiramente um projeto da ONG Move, que teve por objetivo levar ao Liceu Nacional acções que desenvolvam nos jovens do 12.º ano o gosto pelo empreendedorismo, estimulando o seu desenvolvimento pessoal e proporcionando uma visão clara do mundo dos negócios.

Desporto

Com o objetivo de divulgar e massificar a prática do atletismo bem como a incentivar todos os santomenses a prática do exercício físico, promovendo um estilo de vida saudável, a partir de 2014, o BISTP decidiu organizar e financiar todos os anos uma corrida pedestre e incluí-la no calendário anual de provas de atletismo de São Tomé e Príncipe. Ao fomentar desenvolvimento da modalidade, o BISTP contribui para o surgimento de novos talentos. Este evento desportivo, organizado em parceria com a

Federação Santomense de Atletismo é composto por uma corrida de um percurso de 10 km e uma caminhada de 3/5 km. A edição 2014 da Corrida Pedestre BISTP contou com a participação de mais de 700 pessoas.

De sublinhar, igualmente, o apoio concedido à Federação São-tomense de Ciclismo para a realização da prova de ciclismo a "Volta do Cacau" - um dos maiores eventos desportivos de carácter nacional e internacional em S. Tomé e Príncipe.

Cultura

Na vertente cultural, o BISTP também deu o seu contributo, patrocinando mais uma vez a edição de livros de autores santomenses. Em 2014, entre as muitas obras lançadas na Mediateca do BISTP, destaca-se "Mulheres Históricas de S. Tomé e Príncipe" do escritor Carlos do Espírito Santo, "Manifestações Culturais de S. Tomé e Príncipe" do escritor Lúcio Neto Amado e ainda "Preconceitos e Outros Contos" do escritor santomense Albertino Bragança.

Outra importante iniciativa foi a assinatura de um protocolo de colaboração entre o BISTP e o Centro Cultural Português, assumindo apoiar anualmente as atividades de carácter cultural desenvolvidas por este centro.

Merecem ainda referência os patrocínios concedidos para a Festa da Música, o Festival Franco São-Tomense e as actividades culturais do "Mês da Cultura do Príncipe" na Região Autónoma do Príncipe.

Outros apoios importantes atribuídos em 2014:

- Patrocínio para a realização da 7ª Bienal Internacional de São Tomé e Príncipe;
- Patrocínio à União Nacional dos Escritores e Artistas Santomenses, para realização do Concurso "Paçu Fiá Gleza";

- Patrocínio a Associação Cultural "Auto de Floripes", para a realização do espetáculo de rua "Auto de Floripes" de reconhecimento nacional e internacional;
- Patrocínio ao Comité Miss S. Tomé e Príncipe, possibilitando a participação da Miss São Tomé e Príncipe no Concurso Miss World 2014.
- Apoio para a realização da festa de natal dos doentes do Hospital Dr. Ayres Menezes.

07. Análise Financeira



8.1. Componentes do Balanço

O ano de 2014 ficou marcado, no seu conjunto, pela fraca atividade económica na sequência da ausência de investimentos públicos, consequência de recursos financeiros externos de ajuda ao desenvolvimento cada vez mais escassos. Num tal contexto adverso, é de todo evidente que o exercício da atividade de intermediação financeira foi conturbado, difícil e desafiador.

O BISTP, revelou uma vez mais a sua capacidade de resistência aos ciclos de escassez de liquidez e de estagnação económica, aproveitando as escassas oportunidades para crescer e gerar valor para os seus stakeholders.

Foi neste contexto muito exigente para as instituições financeiras, que o BISTP desenvolveu a sua atividade de intermediação financeira, dentro dos limites prudenciais que exige esta atividade, em particular num cenário de fraca atividade económica, propícia para aceleração da deterioração da carteira de crédito.

Assim, o exercício de 2014 confirmou, mais uma vez, a capacidade de resiliência e solidez no crescimento da atividade do BISTP, numa conjuntura difícil para o negócio bancário, sendo de salientar: o aumento dos ativos totais em 16,93% e o crescimento dos recursos de clientes em 18,23%.

O volume de crédito a clientes registou uma contração de 8,36%, o que em termos absolutos representa uma queda de STD 72.284 mio, quando comparado com o ano de 2013. A evolução negativa desta rubrica reflete a política creditícia adotada pelo BISTP, mais ajustada à conjuntura e que orienta-se para uma concessão pouco expansionista, mais criteriosa, privilegiando operações de prazos não superiores a 5 anos.

Relativamente à qualidade da carteira, salienta-se que os esforços imprimidos ao nível da recuperação contribuíram para reduzir o volume de crédito vencido há mais de 90 dias na ordem de 4,0%, com grande destaque para os créditos a empresa que

conheceram uma redução na ordem de 16,9%, evidenciando um claro empenhamento do banco em melhor acompanhar e orientar os seus clientes empresa, visando evitar que estes entrem em colapso. O peso do crédito vencido há mais 90 dias sobre o total da carteira de crédito mantém-se em torno de 13% (13,71% em 2014 e 13,07% em 2013).

O rácio de cobertura do total de crédito vencido há mais de 90 dias fixou-se em 174,59% em 2014, contra 152,6% em 2013, ou seja, um reforço na ordem de 21,99 pp. Este reforço de provisão justifica-se pela avaliação prudencial que o banco tem feito relativamente à conjuntura económica e o risco cada vez mais elevado no tocante a deterioração da condição financeira dos clientes.

O incremento de 53,3% verificado na rubrica "Aplicações em Inst. de Crédito" deve-se a um importante fluxo de entrada de dólares americanos registado ao longo do ano, resultando numa maior disponibilidade de dólares para constituição de depósitos a prazo (as aplicações no produto depósito a prazo, em dólares americanos, cresceram na ordem de 100%). Este aumento de entrada de divisas deve-se às remessas feitas, principalmente pelos clientes empresas, e instituições, que estão a realizar projetos de investimentos ou de ajuda ao desenvolvimento.

As reservas no Banco Central conheceram um crescimento na ordem de 28,67%, face ao ano de 2013. Esta evolução das reservas explica-se pelo crescimento de depósitos de clientes verificado ao longo dos anos, pela contração da carteira de crédito, e também pelas limitações de acesso à cobertura cambial imposta pelo BCSTP. Importa salientar que o excedente das reservas no BCSTP tem atingido valores históricos.

No que toca à atividade de captação de recursos, importa salientar que apesar, da contínua intensificação da concorrência interbancária na área de captação de recursos, e da revisão em baixa das nossas taxas de remuneração dos passivos, o depósito de clientes manteve a sua sólida tendência de crescimento, com uma evolução positiva na ordem de 18,23% face ao ano de 2013. Essa performance na

captação de recursos, não obstante as medidas de redução das taxas passivas, explica-se pela imagem de solidez, rigor e confiança que o banco consegue passar aos seus clientes. Esta evolução é também o resultado de maior proximidade que o banco estabeleceu com o cliente, através das suas redes de agências, que têm funcionado como um fator potenciador de fidelização.

O contínuo crescimento da carteira de depósito contrastado com a queda da carteira de crédito traduziu na redução do rácio de transformação, que passou para 40,12% em 2014 contra 49,18% em 2013.

8.2. Componentes da Demonstração de Resultados

Como consequência da queda da carteira de crédito, os juros cobrados sobre os créditos concedidos também registaram uma queda moderada na ordem de 4,33%. Não obstante esta queda, verificou-se um crescimento, embora tímido, da margem financeira, na ordem de 1,05% face a 2013. Esta evolução positiva da margem financeira, apesar da difícil conjuntura, deveu-se muito à medida de revisão em baixa das taxas passivas, tomada pela administração, o que permitiu uma redução importante dos custos com os depósitos a prazo, na ordem de 21,44%.

As comissões líquidas conheceram um crescimento na ordem de 8,57%, fruto do aumento de operações, em particular das transferências internacionais, e da atualização do preçário. Os proveitos líquidos das operações cambiais registaram, pelo contrário, uma queda na ordem de 91,15%, consequência das perdas cambiais resultante da posição curta mantida nos dólares americanos, enquanto esta mesma divisa foi apreciando-se ao longo de 2014. As perdas cambiais acumuladas condicionaram a progressão da margem complementar, que conheceu um crescimento de apenas 1,69%.

Produto global de atividade, registou um crescimento na ordem de 1,29%, em linha com a tímida evolução da margem financeira e margem complementar.

O Custo Operativo registou um crescimento moderado na ordem de 8,18%, devendo-se por um lado, ao aumento de despesas com pessoal em 11,45%, justificado pelo aumento de contratações de novos colaboradores, para dar resposta à fase de expansão de agências para diferentes pontos do país e para o reforço de algumas áreas do banco, e por outro, ao crescimento moderado da rubrica "Fornecimentos e Serviços de Terceiros" em 4,93%.

Apesar do resultado bruto de exploração ter conhecido uma queda na ordem de 6,90%, a importante atenção dada ao processo de recuperação de crédito nesse ano, que culminou com a liquidação de alguns créditos e permitiu a reversão de provisões, constituídas para esses créditos, na ordem de -34,01%, concorreram para que o resultado líquido pudesse conhecer um crescimento na ordem de 5,07%.

08. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados



O Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STD 31.912.113.380,41 (Trinta e um mil, novecentos e doze milhões, cento e treze mil, trezentos e oitenta dobras e quarenta e um cêntimos), referente ao exercício de 2014, tenha a seguinte aplicação:

Reservas Legais	10%	3.191.211.338,04
Reservas Livres	30%	9.573.634.014,12
Acionistas	60%	19.147.268.028,25
Resultado Líquido	100%	31.912.113.380,41

09. Demonstrações Financeiras



9.1 Balanço

	2014	2013	Δ %
Activo Remunerado	1.725.981.331.219,40	1.578.852.005.217,02	9,32%
Depósitos à Ordem no Banco Central	593.384.178.195,12	461.164.954.895,99	28,67%
Aplicações em Inst. de Crédito	259.990.662.633,91	169.785.223.048,03	53,13%
No País			
No estrangeiro	259.990.662.633,91	169.785.223.043,00	53,13%
Créditos sobre Clientes	797.379.468.222,87	868.683.895.156,00	-8,21%
Normal (Interno e ao Externo)	685.466.109.327,86	804.572.258.120,00	-14,80%
Crédito e Juros vencidos	107.3773530.099,58	60.555.859.016,00	77,32%
Juros a receber de crédito concedido	6.072.494.795,43	4.958.644.020,00	22,46%
Receitas diferidas	1.536.666.000,00	1.402.866.000,00	9,54%
Aplicações em Títulos	75.227.022.167,50	79.217.932.122,00	-5,04%
Dívida Pública			
Outros emissores	75.227.022.167,50	79.217.932.122,00	-5,04%
Devedores e Outras Aplicações			
Activo Remunerado Bruto	1.725.981.331.219,40	1.578.852.005.217,02	9,32%
Provisões	189.738.638.949,58	176.373.116.594,27	7,58%
Activo Remunerado Líquido	1.536.242.692.269,82	1.402.478.888.622,75	9,54%
Activo Não Remunerado			
Imobilizado Corp. e Incorpóreo	314.951.3883421,00	253.447.3173023,33	24,27%
Amortiz. Acumuladas	91.044.936.905,00	74.422.582.000,00	22,34%
Disponibilidades	297.752.008.367,99	213.737.056.253,92	39,31%
Contas Regularização	3.290.30.639,17	1.859.746.000,00	76,92%
Outros Activos	60.480.514.230,81	17.983.866.100,00	236,30%
Activo Líquido	2.121.671.997.023,79	1.815.084.292.000,00	16,89%

	2014	2013	Δ %
RECURSOS			
ResourcesAlheios Remunerados	1.770.504.635.151,52	1.479.035.908.170,21	19,71%
Débitos para com Inst. Crédito			
Depósitos			
Depósitos de Clientes	1.739.644.219.566,29	1.471.385.046.547,67	18,23%
DO	1.224.386.573.792,11	1.080.979.061.549,04	13,27%
DP	515.257.645.774,18	390.405.985.998,63	31,98%
Credores e Outros Recursos	30.860.415.585,23	7.650.861.622,54	303,36%
Recursos não Remunerados	51.829.389.771,63	52.303.085.159,97	-0,91%
Outras Exigibilidades	2.250.707.659,31	2.029.756.423,71	10,89%
Passivos Subordinados			
Provisões	21.510.168.112,32	23.414.794.894,66	-8,13%
Contas de Regulação	28.068.514.000,00	26.858.533.841,60	4,51%
Passivo	1.822.334.024.923,15	1.531.338.993.330,18	19,00%
Capital	150.000.000.000,00	150.000.000.000,00	0,00%
Reservas + Resultado transitado	117.425.858.720,23	103.371.855.283,47	13,60%
Resultado Exercício	31.912.113.380,41	30.373.443.386,35	5,07%
CAPITAIS PRÓPRIOS	299.337.972.100,64	283.745.298.669,82	5,50%

9.2 Demonstrações de Resultados

	2014	2013	Δ %
Juros e Proveitos Equiparados	143.434.665.562,14	148.229.581.056,45	3,23%
De Disponibilidades			
De Aplicações em Inst. de Crédito	2.481.907.827,49	2.327.632.542,18	6,63%
De Crédito Interno e ao Exterior	129.944.891.912,48	2.327.632.542,18	-4,33%
De Títulos Negociação e Investimento	1.912.244.632,60	3.031.704.311,00	-36,93%
De Crédito e Juros vencidos			
DE Juros e Swap			
Outros Juros e Proveitos Equiparados	9.095.621.189,57	7.038.389.720,20	29,23%
Juros e Custos Equiparados	22.172.997.027,26	28.225.489.475,89	-21,44%
De Recursos de Inst. de Crédito			
De Depósitos	22.172.997.027,26	28.225.435.220,57	-21,44%
De Obrigações			
De outros recursos			
Fundo de Garantia dos Depósitos			
De Juros de Swap			
Outros Juros e Custos Equiparados	0,00	54.255,32	-100,00%
Margem Financeira	121.216.668.534,88	120.004.091.580,56	1,05%
Outros Proveitos	801.020.488.522,60	784.976.758.502,25	2,04%
Rendimentos de Títulos			
Comissões Recebidas	65.636.625.056,73	61.297.842.702,49	7,08%
Lucros em Operações Financeiras	718.756.777.863,21	710.955.829.477,40	1,10%
Outros Proveitos de Exploração	16.627.385.602,66	12.723.086.322,36	30,69%

	2014	2013	Δ %
Outros Custos	727.995.576.368,22	713.163.878.941,15	2,08%
Comissões pagas	3.188.667.450,64	487.289.236,25	-15,61%
prejuízos em Operações inanceiras	717.993.776.739,41	702.337.102.228,89	2,23%
Outros	6.813.132.178,17	7.048.254.978,86	-3,34%
Margem Complementar	73.024.912.154,38	71.812.879.561,10	1,69%
Produto Bancário	194.286.580.689,26	191.816.971.141,66	1,29%
Custos Operativos	112.692.959.059,74	104.176.106.284,73	8,18%
Employee cost	57.808.947.719,37	51.871.216.337,86	11,45%
Third party supplies and services	54.884.011.340,37	52.304.889.946,87	4,93%
Cash-Flow de Exploração	81.593.621.629,52	87.640.864.856,93	-6,90%
Amortizações	18.900.763.049,00	17.099.702.632,00	10,53%
Provisões Líquidas	18.747.731.884,11	28.411.674.874,58	-34,01%
Provisão constituídas	209.091.945.763,40	53.670.888.462,12	289,58%
Reposições e anulações de provisões	190.344.213.879,29	25.259.213.587,54	653,56%
Resultados antes de Impostos	43.945.126.696,41	42.129.487.350,35	4,31%
Dotação para Imposto	12.033.013.316,00	11.756.043.964,00	2,36%
Resultado Líquido	31.912.113.380,41	30.373.443.386,35	5,07%

11. Notas as Demonstrações Financeiras



1. Nota as Demonstrações Financeiras

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de Março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2014, de uma rede nacional de doze balcões, localizados na cidade de São Tomé (11) e na Ilha do Príncipe (1).

2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de Julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O PCIF, que entrou em vigor

em 1 de Janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense. Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de Dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 28 de Novembro de 2013 e de 24 de Abril de 2015, foram autorizadas as seguintes excepções às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2013 e 2014, respectivamente:

- o diferimento das comissões associadas a crédito foi efectuado pelo método linear, e não pela taxa efectiva;
- os títulos em carteira foram registados ao custo de aquisição, não sendo deste modo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;
- as provisões para crédito concedido foram determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 7/2007, não sendo deste modo calculada imparidade de acordo com a IAS 39;
- a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas será obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Foi ainda clarificado que as normas internacionais de contabilidade não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adoptados sejam divulgados nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco em 3 de Julho de 2015 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de accionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de

Administração que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de Julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de Dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de Janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24.500 Dobras de São Tomé e Príncipe (STD). Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2014	2013
1 USD	20.148,03 STD	17.775,52 STD

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para Dobras de São Tomé e Príncipe ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os activos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transacção.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efectuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

Nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de Novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, o Banco constituiu no exercício de 2008 uma provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro no período compreendido entre 1 Março e 31 de Dezembro de 2008, no valor de mSTD 361.831. O impacto da actualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 originou o reforço da provisão para mSTD 1.904.626 (Nota 16). Esta provisão foi transferida em 2014 para a rubrica de capital.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do activo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São

Tomé e Príncipe.

c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2014 e 2013 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade.

Neste sentido, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da Norma de Aplicação Permanente nº 7/07, de 6 de Agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Nos termos desta Norma, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito vencido é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob Supervisão	Abaixo do Normal	Crédito Duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido					
desde a	até	de 30 a	de 90 a	de 180 a	mais de
entrada em	30 dias	89 dias	180 dias	360 dias	360 dias
incumprimento					

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco utilizou a percentagem de 5% e 2,5% para efeitos da constituição de provisões para a categoria "Normal" e para garantias prestadas, respectivamente.

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, foram registadas provisões específicas para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supra referidas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto. Adicionalmente, a natureza das provisões registadas decorre do normativo do Banco Central de São Tomé e Príncipe, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei das Instituições Financeiras.

d) Bens arrematados

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, são registados na rubrica "Outros activos – Aplicações por recuperação de crédito" (Nota 9), de acordo com o artigo nº8 da Norma de Aplicação Permanente nº7/07, de 6 de Agosto, o recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito

vencido será feito no máximo, pelo valor do principal do crédito ou activo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco regista provisões para estes bens de acordo com a sua antiguidade em carteira, conforme a seguinte antiguidade:

- Imóveis recebidos no ano “n”: 10%
- Imóveis recebidos no ano “n-1”: 25%
- Imóveis recebidos no ano “n-2”: 50%
- Imóveis recebidos no ano “n-3”: 75%
- Imóveis recebidos em “n-4” ou antes: 100%

As mais-valias potenciais em activos recebidos em dação por recuperação de crédito não são reconhecidas em balanço.

e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de Agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de Vida Útil
Imóveis de Serviço Próprio	50
Equipamento	
Mobiliário e Material	8
Máquinas e Ferramentas	2-10
Equipamento Informático	3-4
Instalações Interiores	8-20
Material de Transporte	4

O custo de aquisição inclui despesas que sejam directamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, nas contas de “Gastos Gerais Administrativos”.

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridos.

Os custos associados a operações de capital próprio, incluindo despesas com aumentos de capital, são registados directamente como uma dedução ao capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

f) Carteira de títulos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor. No entanto, conforme descrito na Nota 2.1, em 2014 e 2013 o Banco obteve autorização do Banco Central para manter os títulos registados ao custo de aquisição.

Pelo facto de ser intenção do BISTP manter os títulos em carteira até à respectiva data de maturidade, o Banco não regista provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, excepto no caso de situações em que os emitentes evidenciem problemas de cobrabilidade. investimentos em valores mobiliários correspondem a Obrigações de Caixa emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a certificados de depósitos do BAI, e encontram-se ambos registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o

valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados no activo na rubrica “Obrigações e outros títulos” (Nota 7).

g) Imobilizações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Imobilizações financeiras” corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe. As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões caso sejam determinadas menos-valias.

h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de Dezembro.

Adicionalmente, ao valor apurado da colecta de imposto, acresce imposto do selo à taxa normal de 6%, o qual é reflectido na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração de resultados.

Não são registados impostos diferidos.

i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de Maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação

da actividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respectivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com o seu Artigo 99º, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade adicional por benefícios de reforma dos seus empregados.

No entanto, dado antecipar que venha a ser concedido um complemento à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social, o Banco registou no exercício de 2008 uma provisão para pensões na rubrica “Provisões para riscos e encargos” do passivo, que em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 ascendia a mSTD 21.510.168 (Nota 15).

Esta provisão foi determinada com base numa estimativa que assumiu o pressuposto de que o complemento corresponderá a 20% do salário à data de reforma, sendo actualizado anualmente.

j) Prémios de antiguidade

O Banco assumiu o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 15 e 30 anos de serviço, respectivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica “Custos a pagar”, sendo registados em resultados na rubrica “Custos com pessoal” (Nota 24).

k) Comissões

De acordo com o PCIF, as comissões cobradas pelo Banco na concessão de créditos deverão ser diferidas e reconhecidas em proveitos através do método da taxa efectiva, independentemente do momento em que estas comissões são cobradas ou pagas. Conforme descrito na Nota 2.1, em 2014 e 2013 o Banco obteve autorização do Banco

Central para efectuar o diferimento destas comissões através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

l) Crédito a clientes e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes activos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões específicas, conforme divulgado na nota 2.2 c)

m) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são

registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco país previsto na Norma de Aplicação Permanente nº7/07, conforme divulgado na nota 2.2 c).

n) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção.

o) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) ii) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique iii) uma forte probabilidade de se efectuar um dispêndio de recursos e que seja iv) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

3. Caixa e Disponibilidades no Banco Central

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Caixa:		
Notas e moedas nacionais	16.360.760	17.102.494
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Dólares dos Estados Unidos	18.626.676	15.583.653
Em Euros	23.594.955	11.688.951
Em Outras divisas	4.128.127	1.892.334
	62.710.518	46.267.432
Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP):		
Em moeda nacional	484.056.625	391.381.187
Em moeda estrangeira		
Em Dólares dos Estados Unidos	64.472.696	47.508.658
Em Euros	44.854.857	22.275.110
	593.384.178	461.164.955
	656.094.696	507.432.387

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as reservas mínimas de caixa são actualizadas através da aplicação de percentagens de 18% e 21%, respectivamente, sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e moeda estrangeira, referentes ao mês que anteceder em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de Agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Estes depósitos não são remunerados.

4. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Cheques a Cobrar:		
No Estrangeiro	4.668.152	11.141.277
No País	1.021.977	-
	5.690.129	11.141.277
Depósitos à ordem no estrangeiro		
Caixa Geral de Depósitos (Nota 18):		
Sede (Lisboa)	127.948.400	64.030.863
Banca Electrónica	16.274.075	21.590.307
Sucursal de França	1.727.131	3.908.966
Banco Comercial Português	52.231.605	32.136.936
Banco Santander Totta	6.772.224	4.621.859
Banco Angolano de Investimento - Angola	9.407.495	3.729.417
Banco Caixa Geral Totta Angola	9.751.361	369.482
Outras instituições de crédito	184.115	230.716
	224.296.406	130.681.546
Outras disponibilidades	2.389	1.212
	235.041.491	167.469.624

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Títulos a cobrar no país" é composta por títulos da Direcção Geral do Tesouro, disponibilizados por esta instituição ao Banco para efeitos de liquidação das suas responsabilidades. Estes montantes foram regularizados na sua totalidade junto do Banco Central de São Tomé e Príncipe nos primeiros dias de Janeiro do respectivo ano subsequente.

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

5. Outros créditos sobre instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro:

		2014				
Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em mSTD	Juros a receber	Total	
Caixa Geral de Depósitos (Nota 17)	EUR	1,500%	4.000.000	98.000.000	514.500	98.514.500
Caixa Geral de Depósitos (Nota 17)	USD	0,450%	4.000.000	80.592.120	126.933	80.719.053
Banco Comercial Português	USD	0,550%	4.000.000	80.592.120	164.990	80.757.110
			259.184.240	806.423	259.990.663	

		2013				
Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em mSTD	Juros a receber	Total	
Caixa Geral de Depósitos (Nota 17)	EUR	2,100%	4.000.000	98.000.000	672.280	98.672.280
Banco Comercial Português	USD	0,550%	4.000.000	71.102.080	10.863	71.112.223
			169.102.080	683.143	169.785.223	

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

		2014			2013		
		Montante em mSTD	Juros a receber	Montante Total	Montante em mSTD	Juros a receber	Montante Total
Até três meses		161.184.240	291.923	161.476.163	71.102.080	10.863	71.112.943
Entre seis meses e um ano		98.000.000	514.500	98.514.500	98.000.000	672.280	98.672.280
Total		259.184.240	806.423	259.990.663	169.102.080	683.143	169.785.223

6. Crédito sobre clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Milhares de Dobras	2014	2013
Crédito Vincendo		
Moeda Nacional		
Descontos comerciais	8.977.731	9.451.423
Empréstimos	343.255.710	331.443.409
Crédito em conta corrente	47.845.105	9.625.582
Descobertos em depósitos à ordem	12.890.413	26.314.968
	412.986.959	376.835.382
Moeda Estrangeira		
Descontos comerciais	236.296	6.162.691
Empréstimos	243.745.418	346.557.196
Crédito em Conta corrente	9.075.951	53.792.025
Descobertos em depósitos à ordem	19.439.485	21.224.964
	272.497.150	427.736.876
Total de Crédito Vincendo	685.466.109	804.572.258
Crédito e Juros Vencidos:		
Moeda Nacional:		
Capital	17.285.532	8.445.098
Juros	1.131.855	2.082.069
	18.417.387	10.527.167
Moeda Estrangeira:		
Capital	87.728.463	43.370.791
Juros	1.231.680	6.657.901
	18.417.387	50.028.692
Total de Crédito e Juros Vencidos	107.377.530	60.555.859
Total de Crédito Concedido	792.843.639	865.128.117
Juros a receber de crédito concedido	6.072.495	4.958.644
Receitas diferidas	-1.536.666	-1.402.866
	797.379.468	868.683.895
Provisão para Crédito Concedido (Nota 15)	(189.738.693)	(176.373.116)
	607.640.829	692.310.779

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as provisões para crédito concedido incluem m STD 48.781.491 e mSTD 59.179.559, respectivamente, relativamente a clientes classificados na categoria "Normal" (Nota 2.2 c)).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição do crédito e respectivas provisões pelas classes previstas na Norma de Aplicação Permanente nº 7/2007, de 6 de Agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, pode ser detalhada como segue:

Milhares de Dobras							2014	
	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
Classe		Capital	Juros	Total		Regulamentares	Económicas	Total
Normal	580.330.340	0	0	0	580.330.340	29.923.571	19.394.041	49.317.612
Sob Supervisão	100.234.137	2.115.822	1.568.721	3.684.543	103.918.680	12.449.870	31.845.333	44.295.203
Abaixo do Normal	15.939.573	450.569	463.287	913.856	16.853.429	4.716.476	2.526.681	7.243.157
Crédito Duvidoso	13.690.298	1.386.758	935.934	2.322.692	16.012.990	8.474.462	5.453.541	13.928.003
Perda	6.652.278	1.039.084	964.314	2.003.398	8.655.676	8.655.676	0	8.655.676
Crédito em cobrança coerciva	11.504.664	56.567.861	0	55.567.861	67.072.525	67.072.525	0	67.072.525
	728.351.290	60.560.094	3.932.256	64.492.350	792.843.640	131.292.580	59.219.596	190.512.176
Garantias Bancárias (Nota 18)	0	0	0	0	61.769.217	1.544.230		
	728.351.290	60.560.094	3.932.256	64.492.350	854.612.857	132.836.810	59.219.596	190.512.176

Milhares de Dobras							2013	
	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
Classe		Capital	Juros	Total		Regulamentares	Económicas	Total
Normal	723.521.744	0	0	0	723.521.744	40.193.709	18.985.850	59.179.559
Sob Supervisão	28.540.746	0	0	0	28.540.746	3.900.743	10.827.706	14.728.449
Abaixo do Normal	19.702.430	1.182.709	990.767	2.173.476	21.875.906	6.447.462	2.832.257	9.279.719
Crédito Duvidoso	10.164.136	784.298	910.236	1.694.534	11.858.670	9.479.394	1.224.341	10.703.735
Perda	22.643.202	7.368.383	6.838.967	14.207.350	36.850.552	36.850.552	0	36.850.552
Crédito em cobrança coerciva	0	42.480.499	0	42.480.499	42.480.499	42.480.499	0	42.480.499
	804.572.258	51.815.889	8.739.970	60.555.859	865.128.117	139.352.359	33.870.154	173.222.513
Garantias Bancárias (Nota 18)	0	0	0	0	126.024.087	3.150.603	0	3.150.603
	804.572.258	51.815.889	8.739.970	60.555.859	991.152.204	142.502.962	33.870.154	176.373.116

Para fazer face a algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos vencidos ou reestruturados, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, foram constituídas provisões adicionais para crédito concedido nos montantes de mSTD 56.901.824 e mSTD 33.870.154, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da carteira de crédito a clientes, por sector de actividade, pode ser detalhada como segue:

Sector de actividade	2014			2013		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Agrícola	1.611.842	0	1.611.842	1.422.042	0	1.422.042
Comércio	21.719.623	1.058.863	22.778.486	22.403.722	1.413.329	22.505.852
Construção	22.015.897	0	22.015.897	566.668	0	566.668
Consumo	1.241.745	0	1.241.745	13.479.350	0	13.479.350
Automóvel	5.378.530	0	5.378.530	9.288.942	0	9.288.942
Educação	23.881	0	23.881	0	0	-
Habitação	4.418.786	0	4.418.786	5.035.168	21.056	5.056.225
Industria	399	0	399	46.083.830	0	46.083.830
Investimento	134.941.923	22.709.562	157.651.485	160.729.753	346.372	161.076.126
Outros tipos	75.140.377	22.928.893	98.069.271	96.703.378	12.249.169	108.952.547
Serviços	1.936.557	0	1.936.557	0	0	-
Exportação	0	0	-	6.463.033	0	6.463.033
Crédito em cobrança coerciva	8.750.070	34.498.611	43.248.681	0		25.171.693
	277.179.630	81.195.930	358.375.560	362.175.886	37.890.420	400.066.307

Particulares	2014			2013		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio Retalho	15.823.264	689.254	16.512.519	24.069.959	661.784	24.731.743
Construção	57.978.458	420.343	58.398.801	70.409.544	155.849	70.565.393
Consumo	47.324.458	282.234	47.606.951	42.462.701	98.830	42.561.531
Cred. Universitário	33.260	0	33.260	40.883	0	40.883
Cred. Automóvel	10.057.753	399.190	10.456.943	14.373.645	88.483	14.462.128
Exportação	500.000	0	500.000	496.331	0	496.331
Habitação	165.620.821	1.389.763	167.010.584	165.887.417	392.824	166.280.242
Importação	3.899.078	0	3.899.078	9.097.358	0	9.097.358
Investimento	55.793.858	768.123	56.561.981	60.254.824	669.247	60.924.071
Outros tipos	48.500.674	1.163.443	49.664.117	55.303.710	3.289.616	58.593.326
Crédito em cobrança coerciva	2.754.594	21.069.250	23.823.844	0	17.308.805	17.308.805
	408.286.478	26.181.600	434.468.079	442.396.372	22.665.439	465.061.811
Empresas + Particulares	685.466.109	107.377.530	792.843.639	804.572.258	60.555.859	865.128.118

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2014		2013	
	Taxa de juro	Vivo	Taxa de juro	Vivo
Em Dobras de STP	20,76%	412.968.959	22,92%	376.835.382
Em Dólares dos EUA	11,14%	51.175.790	11,83%	97.322.360
Em Euros	9,58%	221.321.360	9,62%	330.414.516
Total		685.466.109		804.572.258

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2014	2013
	Total	Total
Até um ano	158.158.163	147.191.505
De um a cinco anos	287.114.079	363.648.805
Mais de cinco anos	307.762.430	322.817.339
Crédito em cobrança coerciva	39.808.967	31.470.468
	792.843.639	865.128.117

7. Obrigações e outros títulos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

2014						
	Moeda	Custo de aquisição de juro	Taxa de juro	Data de Vencimento	Montante em mSTD	Juros a receber
Certificados de depósitos						
BAI (Nota 17)	USD	2.500.000		06-12-2015	50.370.075	75.555
CGD 2009/2019 Aniversário (Nota 17)	EURO	1.000.000		11-05-2019	24.500.000	281.395
					74.870.075	356.950
						75.227.025

2013						
	Moeda	Custo de aquisição de juro	Taxa de juro	Data de Vencimento	Montante em mSTD	Juros a receber
Certificados de depósitos						
BAI (Nota 17)	USD	3.000.000		29-05-2014	53.326.560	1.130.521
CGD 2009/2019 Aniversário (Nota 17)	EURO	1.000.000		11-05-2019	24.500.000	260.851
					77.826.560	1.391.372
						79.217.932

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, com base em estimativas de valorização fornecidas pela Caixa Geral de Depósitos, o justo valor dos títulos de dívida em carteira emitidos por esta instituição era inferior ao valor de balanço em mSTD 2.450.000 e mSTD 4.155.200, respectivamente. Conforme descrito na Nota 2.2 f), estas menos-valias não foram registadas dada a intenção do Banco de manter estes títulos até à maturidade e o Conselho de Administração considerar que não existe risco de imparidade.

8. Imobilizações

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2013					Abates			Saldos em 31-12-2014		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Transferências	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imobilizações corpóreas											
Imóveis de serviço próprio	122.918.382	(18.394.731)	104.523.651	30.253.455	6.100.065			16.880.881	170.052.718	(24.494.812)	145.557.907
Mobiliário e material	26.238.587	(8.621.618)	17.616.969	3.206.228	3.385.324			1.448.433	30.893.248	(12.006.941)	18.886.309
Máquinas e ferramentas	22.233.472	(11.829.508)	10.403.964	1.382.940	3.599.212	5.871	(489)	3.403.275	27.013.815	(15.428.215)	11.585.600
Equip. Informático	13.816.643	(11.016.822)	2.799.821	2.694.989	1.706.756				16.511.632	(12.723.578)	3.788.054
Instalações interiores	7.799.307	(2.962.672)	4.836.635	3.018.861	932.337			159.740	10.977.908	(3.895.008)	7.082.900
Material de Transporte	11.868.670	(7.057.193)	4.811.477	1.645.033	1.772.087	2.339.169	(2.277.919)		11.174.533	(6.551.361)	4.623.172
Equipamentos de Segurança	2.790.358	(906.582)	1.883.776	764.912	301.795				3.555.270	(1.208.377)	2.346.893
Outros equipamentos	611.366	(160.202)	451.164	151.017	73.473				762.383	(233.683)	528.699
Património artístico	985.784	-	985.784	132.000					1.117.784		1.117.784
	209.262.569	(60.949.328)	148.313.241	43.249.433	17.871.048	2.345.040	(2.278.408)	21.892.330	272.059.292	(76.541.975)	195.517.317
Imobilizações incorpóreas											
Software	14.643.671	(13.418.098)	1.225.573	6.281.220	1.029.707			1.565.991	22.490.882	(14.447.805)	8.043.077
Outros	55.156	(55.156)	-	-					55.156	(55.156)	
	14.698.827	(13.473.254)	1.225.573	6.281.220	1.029.707			1.565.991	22.546.038	(14.502.962)	8.043.077
Imobilizações em curso											
Imobilizações incorpóreas	1.565.991	-	1.565.991	-	-	-	-	(1.565.991)			
Imóveis de serviço próprio	19.532.214	-	19.532.214	14.104.427	-	-	-	(16.880.881)	16.755.760		16.755.760
Mobiliário e material	1.448.433	-	1.448.433	655	-	-	-	(1.448.433)	655		655
Máquinas e ferramentas	3.527.073	-	3.527.073	213.376	-	-	-	(3.403.275)	337.174		337.174
Equipamento Informático	-	-	-	-	-	-	-			0	
Instalações interiores	159.740	-	159.740	-	-	-	-	(159.740)		0	
Equipamento de segurança	312.470	-	312.470	-	-	-	-		312.470	0	312.417
	26.545.921	-	26.545.921	14.318.458	-	-	-	(23.458.320)	17.406.059	0	17.406.059
Imobilizações Financeiras											
SPAUT	2.940.000	-	2.940.000	-	-	-	-	-	2.940.000		2.940.000
	253.447.317	(74.422.582)	179.024.735	63.849.112	18.900.755	2.345.040	(2.278.408)		314.951.389	(91.044.937)	223.906.453

	Saldos em 31-12-2012					Abates			Saldos em 31-12-2013		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Transferências	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imobilizações corpóreas											
Imóveis de serviço próprio	57.634.153	(14.137.890)	104.523.651	30.253.455	6.100.065			16.880.881	170.052.718	(24.494.812)	145.557.907
Mobiliário e material	19.33.729	(5.827.719)	17.616.969	3.206.228	3.385.324			1.448.433	30.893.248	(12.006.941)	18.886.309
Máquinas e ferramentas	16.984.619	(8.535.401)	10.403.964	1.382.940	3.599.212	5.871	(489)	3.403.275	27.013.815	(15.428.215)	11.585.600
Equip. Informático	13.121.345	(8.393.142)	2.799.821	2.694.989	1.706.756				16.511.632	(12.723.578)	3.788.054
Instalações interiores	6.447.133	(2.189.763)	4.836.635	3.018.861	932.337			159.740	10.977.908	(3.895.008)	7.082.900
Material de Transporte	7.317.215	(5.749.980)	4.811.477	1.645.033	1.772.087	2.339.169	(2.277.919)		11.174.533	(6.551.361)	4.623.172
Equipamentos de Segurança	2.392.003	(656.438)	1.883.776	764.912	301.795				3.555.270	(1.208.377)	2.346.893
Outros equipamentos	611.366	(91.448)	451.164	151.017	73.473				762.383	(233.683)	528.699
Património artístico	783.659	-	985.784	132.000					1.117.784		1.117.784
	124.625.222	(60.949.328)	148.313.241	43.249.433	17.871.048	2.345.040	(2.278.408)	21.892.330	272.059.292	(76.541.975)	195.517.317
Imobilizações incorpóreas											
Software	14.643.671	(13.418.098)	1.225.573	6.281.220	1.029.707			1.565.991	22.490.882	(14.447.805)	8.043.077
Outros	55.156	(55.156)	-	-					55.156	(55.156)	
	14.698.827	(13.473.254)	1.225.573	6.281.220	1.029.707			1.565.991	22.546.038	(14.502.962)	8.043.077
Imobilizações em curso											
Imobilizações incorpóreas	1.565.991	-	1.565.991	-	-	-	-	(1.565.991)			
Imóveis de serviço próprio	19.532.214	-	19.532.214	14.104.427	-	-	-	(16.880.881)	16.755.760		16.755.760
Mobiliário e material	1.448.433	-	1.448.433	655	-	-	-	(1.448.433)	655		655
Máquinas e ferramentas	3.527.073	-	3.527.073	213.376	-	-	-	(3.403.275)	337.174		337.174
Equipamento Informático	-	-	-	-	-	-	-			0	
Instalações interiores	159.740	-	159.740	-	-	-	-	(159.740)		0	
Equipamento de segurança	312.470	-	312.470	-	-	-	-		312.470	0	312.417
	26.545.921	-	26.545.921	14.318.458	-	-	-	(23.458.320)	17.406.059	0	17.406.059
Imobilizações Financeiras											
SPAUT	2.940.000	-	2.940.000	-	-	-	-	-	2.940.000		2.940.000
	253.447.317	(74.422.582)	179.024.735	63.849.112	18.900.755	2.345.040	(2.278.408)		314.951.389	(91.044.937)	223.906.453

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as imobilizações em curso relativas a imóveis de serviço próprio correspondem, essencialmente, aos custos incorridos com a aquisição e realização de obras em futuras instalações do Banco na Cidade de São Tomé.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Imobilizações Financeiras - SPAUT", refere-se a uma participação de 8%, correspondente a 120 acções, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a mSTD 36.750.000.

9. Outros activos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Milhares de STD	2014	2013
Aplicações por recuperação de crédito	76.069.231	25.207.298
Adiantamentos - Cash advance	1.708.343	462.646
Fornecedores	238.536	238.536
Outros	3.248.135	2.486.601
	81.264.245	28.3953.080
Provisão para outros activos (Nota 15)	(20.783.731)	(10.411.214)
	60.480.514	17.983.866

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Aplicações por recuperação de crédito" refere-se a imóveis recebidos pelo BISTP por dação em cumprimento de créditos vencidos, os quais foram registados pelo valor menor entre o valor do crédito ou da avaliação do respectivo imóvel, na data da arrecadação.

Movimento em 2013						Movimento em 2014					
Ano de Aquisição	Saldo em 31-12-2012	Aquisição	Despesas associadas	Alienações	Realiação cambial	Saldo em 31-12-2013	Aquisição	Despesas associadas	Alienações	Realiação cambial	Saldo em 31-12-2014
anterior a 2009	4.790.852	-	-	(1.999.788)	-	2.791.064	-	-	-	-	2.791.064
2009		-	-		-	-	-	-	(6.540)	198.895	192.355
2012	20.015.440	-	-	(901.837)	(67.823)	19.045.780	-	-	-	-	19.045.780
2013		2.881.596	488,858			3.370.454	-	-	-	-	3.370.454
2014	-	-		-	-	-	48.834.414	1.835.165	-	-	50.669.579
Total	24.806.292	2.881.596	488,858	(2.901.625)	(67.823)	25.207.298	48.834.414	1.835.165	(6.540)	198.895	76.069.231

À data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de provisões dos imóveis em carteira resume-se a:

Ano de Aquisição	Saldo em 31-12-2013	Provisão	Valor líquido Imóveis	Saldo em 31-12-2014	Provisão	Valor Líquido Imóveis
anterior a 2009	2.791.064	2.791.064	-	2.983.419	2.791.064	192.355
2009	-	-	-	-	-	-
2012	19.045.780	4.761.445	14.284.335	19.045.780	9.622.337	9.423.443
2013	3.370.454	337.045	3.033.409	3.370.454	842.614	2.527.840
2014	-	-	-	50.669.579	4.431.473	46.238.106
Total	25.207.298	7.889.554	17.317.744	76.069.232	17.687.487	58.3813744

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco tem registadas provisões no montante de mSTD 17.687.487 e mSTD 7.889.554, respectivamente, para fazer face a menos-valias na realização destes imóveis. Estas provisões são calculadas tendo em consideração o tempo decorrido desde a entrada dos imóveis no activo do Banco, conforme divulgado na nota 2.2 d) e outros eventos de imparidade ocorridos com impacto à data de encerramento das demonstrações financeiras.

A rubrica de outros inclui essencialmente valores resultantes de diferenças de caixa no montante de mSTD 2.478.503, que se encontram totalmente provisionados à data de 31 de Dezembro de 2014.

10. Contas de regularização do activo

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Proveitos a receber:		
Outros comissões	181.704	51.163
Despesas com custo diferido:		
Seguros	513.890	579.086
Campanha de publicidade	67.530	420.421
Licenças de software	742.275	419.993
Rendas	109.515	109.515
Outras despesas	999.474	269.092
	2.432.683	1.798.106
Outras contas de regularização do activo:		
Outros	675.942	10.475
	3.290.329	1.859.745

A rubrica de outras despesas inclui despesas incorridas pelo Banco que se encontram a ser diferidas.

A rubrica de "outras contas de regularização do activo - outros" inclui essencialmente cheques em trânsito depositados no último dia do ano que foram regularizados nos primeiros dias de Janeiro de 2015.

11. Depósitos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos à Ordem de Residentes:		
Em Moeda Nacional		
Organismos autónomos e empresas privadas	254540.600	273.967.911
Particulares	297.837.034	283.643.199
Organismos estatais e empresas públicas	20.751.176	29.920.737
	573.128.809	587.531.847
Em Moeda Estrangeira		
Organismos autónomos e empresas privadas	296.661.754	273.967.911
Particulares	309.429.115	240.688.590
Organismos estatais e empresas públicas	33.777.082	29.920.737
	639.867.951	480.359.986
Depósitos à Ordem de Não Residentes:		
Em Moeda Estrangeira	11.389.814	13.087.229
Total de Depósitos a Ordem	1.224.386.574	1.080.979.062
Depósitos a prazo de Residentes:		
Em Moeda Nacional		
Particulares	241.365.209	144.553.583
Organismos estatais e empresas públicas	71.854.254	45.028.261
	313.219.463	189.581.844
Em moeda estrangeira	188.032.734	194.086.366
Depósitos a Prazo de Não Residentes		
Em Moeda Estrangeira	9.089.228	450.930
Em Moeda Nacional	0	2.035.501
	9.089.228	2.486.431
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	4.916.221	4.251.345
Total de Depósitos a Prazo	510.341.425	386.154.642
Total de Depósitos de clientes	1.739.644.221	1.471.385.048

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2014		2013	
	Taxa de Juros	Montante	Taxa de Juros	Montante
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	6,39%	317.232.211	8,13%	195.115.339
Em Dolares dos Estados Unidos	1,94%	150.923.690	2,55%	136.126.961
Em Euros	1,30%	46.309.512	1,46%	59.023.398
Em Libras Esterlinas	1,02%	792.233	1,20%	140.288
		515.257.646		390.405.986

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2014			2013		
	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total
Até três meses	226.108.232	3.245.884	229.354.116	242.846.894	2.615.383	245.462.277
De três a seis meses	140.161.154	858.046	141.019.199	105.870.397	1.254.875	107.125.272
De seis meses a um ano	144.072.039	812.292	144.884.331	37.437.350	381.087	37.818.437
	510.341.425	4.916.221	515.257.646	386.154.641	4.251.345	390.405.986

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

12. Recursos de outras entidades

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Milhares de STD	2014	2013
Moeda nacional	11.249.468	3.680.328
Moeda estrangeira	1.332.114	246.694
	12.581.583	3.927.022

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo das rubricas "Moeda nacional" e "Moeda estrangeira" correspondem a cheques visados e a descobertos contabilísticos em contas de depósitos à ordem no estrangeiro (Nota 17), respectivamente.

13. Outros Passivos

Em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Milhares de STD	2014	2013
Credores:		
Caução para operações de crédito	4.898.585	1.307.439
Caução por abertura de créditos documentários	1.739.500	1.555.750
Fornecedores	11.405.199	652.839
Cheques e ordens a pagar	0	0
Outros credores	235.548	207.811
Imposto de selo sobre operações bancárias	978.548	927.764
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	649.486	676.615
Imposto sobre consumo	352.047	347.135
Outros impostos e tributos	0	51.795
Retenção na fonte sobre trabalho independente	270.587	26.447
Contribuições para a Segurança Social	0	0
Outros passivos	0	0
	20.529.540	5.753.595

O saldo de fornecedores é composto por custos com a construtora Soares da Costa que ascendem a mSTD 7.656.312 associados à construção da sede do Banco.

14. Contas de regularização do passivo

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Custo a pagar:		
Férias e subsídio de férias	7.440.366	6.562.855
Prémio de produtividade	4.781.234	4.404.562
Prémio de antiguidade	1.196.088	905.983
Outros custos a pagar	5.058.242	4.076.880
	18.475.930	15.950.280
Receitas com proveito diferido:		
Empréstimos e créditos em conta corrente	3.458.223	4.495.610
Garantias e avals prestados	363.664	526.840
	3.821.887	5.022.450
Outras contas de regularização:		
Compensação sistema de pagamentos	2.554.717	1.501.772
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 20)	3.215.980	4.384.033
	28.068.514	26.858.535

O prémio de produtividade pago nos exercícios de 2014 e 2013, relativo a exercícios anteriores, totalizou mSTD 4.019.329 e mSTD 3.716.839, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Receitas com proveito diferido - Empréstimos e créditos em conta corrente" refere-se ao diferimento das comissões associadas a operações de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o saldo da rubrica "Outras contas de regularização -Compensação sistema de pagamentos" refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos que entrou em funcionamento em 2011.

A rubrica de outros custos a pagar refere-se a facturas de fornecedores e gastos gerais recebidas no final do ano de 2014.

15. Provisões

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

2014						
	Saldos em 31-12-2013	Dotação liquida	Utilização	Transferências	Diferença de Câmbio e outros	Saldos em 31-12-2014
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	176.373.116	8.424.944	(490.961)	0	5.431.540	189.738.639
Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i)	21.510.168	0	0	0		21.510.168
Outros activos (Nota 9)	10.411.214	10.322.788	0	0	49.729	20.510.168
Outra provisão (depreciação do capital -Nota 16)	1.904.626	0	0	(1.904.626)		0
	33.826.008	10.322.788	0	(1.904.626)	49.729	42.293.899
	210.199.124	18.747.732	(490.961)	(1.904.626)	5.481.269	232.032.538
2013						
	Saldos em 31-12-2012	Dotação liquida	Utilização	Transferências	Diferença de Câmbio e outros	Saldos em 31-12-2013
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	157.314.231	21.575.039	(303.250)	-	(2.212.904)	176.373.116
Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i)	31.510.168	-	-	-	-	21.510.168
Outros activos (Nota 9)	4.359.117	6.836.636	(774.787)	-	(9.752)	10.411.214
Outra provisão (depreciação do capital)	1.904.626	-	-	-	-	1.904.626
	27.773.911	6.836.636	(774.787)	-	(9.752)	33.826.008
	185.088.142	28.411.675	(1.078.037)	-	(2.222.656)	210.199.124

Conforme descrito na Nota 2.2 i), o Banco apresenta em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 uma provisão para a responsabilidade (ainda não formalizada) de conceder aos seus empregados complementos de pensões de reforma, correspondentes a 20% do salário em vigor à data de reforma. Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no activo com referência a 31 de Dezembro de 2009, o Banco utilizou as seguintes hipóteses e bases técnicas:

Tábua de mortalidade	OMS
Taxa técnica	12%
Taxa de crescimento dos salários	10%
Taxa de crescimento de pensões	7%
Idade normal de reforma:	
Homens	62 anos
Mulheres	57 anos

De acordo com o cálculo efectuado pelo Banco com referência a 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades por serviços passados nessa data ascendiam a mSTD 21.510.168, não tendo este cálculo sido actualizado nos exercícios subsequentes.

16. Movimento na situação líquida

O movimento nas rubricas da situação líquida nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, foi o seguinte:

	Reservas							
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras	Total	Resultado líquido do exercício	Total
Saldos em 31-12-2012	15.000.000	13.661.616	892.214	45.834.537	32.011.312	92.399.679	27.430.440	269.830.119
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2012								
Incorporação em reservas	-	2.743.044	-	-	8.229.132	10.972.176	(10.972.176)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(16.458.264)	(16.458.264)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	30.373.443	30.373.443
Saldos em 31-12-2013	150.000.000	16.404.660	892.214	45.834.537	40.240.444	103.371.855	30.373.443	283.745.293
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2012								
Incorporação em reservas	-	3.07.344	-	-	9.112.033	12.149.377	(12.149.377)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(18.224.066)	-18.224.066
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	31.912.113	31.912.113
Transferência do saldo provisão /depreciação capital	-	-	-	1.904.626	-	1.904.626		1.904.626
Saldos em 31-12-2014	150.000.000	19.442.004	892.214	47.739.163	49.362.477	117.425.858	31.912.113	299.337.971

Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social do Banco está representado por 150.000.000 acções, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 e), as despesas administrativas incorridas pelo Banco no aumento de capital ocorrido em 2009, mas cuja liquidação ocorreu no exercício de 2011, foram registadas por contrapartida de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a estrutura accionista do Banco, detalhada por número de acções, é a seguinte:

	Número de acções	%
Estado de S.Tomé e Príncipe	72.000.000	48%
Caixa Geral de Depósitos	40.500.000	27%
Banco Africano de Investimentos	37.500.000	25%
	150.000.000	100%

Reserva legal

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

Reserva de reavaliação

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efectuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do activo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, no montante de mSTD 892.214, resulta das reavaliações efectuadas pelo Banco até ao exercício de 1998. Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de Julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

Reserva de reavaliação cambial

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de Janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de Dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco passou a actualizar os activos líquidos em moeda estrangeira. Os montantes das reavaliações cambiais mensais ao nível da posição cambial em divisas eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco, mas que não afectava os resultados do exercício. Esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para aumento de capital.

A partir de Março de 2008, com a entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de Novembro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício. O montante da reavaliação da posição cambial em divisas no período compreendido entre 1 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2008 ascendeu a mSTD 14.461.183. No exercício de 2009, mSTD 137.454.000 foram incorporados no capital no âmbito do aumento de capital realizado pelo Banco. Em 2014 o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de Março e 31 de Dezembro de 2008, e acrescida do impacto da actualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de mSTD 1.904.626. Esta provisão tinha sido constituída nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº11/07, de 26 de Novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe e apenas pode ser utilizada para aumento do capital social do Banco.

17. Saldos e transacções com accionistas

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos e transacções mantidos com os accionistas Grupo Caixa Geral de Depósitos e Banco Angolano de Investimentos são os seguintes:

	2014	2013
Disponibilidade à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	145.949.607	89.530.137
Banco Angolano de Investimento - Angola	9.407.495	3.792.417
	155.357.102	93.322.553
Outros créditos sobre instituições de crédito (Nota 5)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	179.949.607	98.672.280
Banco Angolano de Investimento - Angola	0	0
	179.233.553	98.672.280
Obrigações e outros títulos (Nota 7)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	24.781.395	24.760.852
Banco Africano de Investimento - Angola	50.445.630	54.457.083
	75.227.025	79.217.935
Recursos de outras entidades (Nota 12)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	0	246.694
	0	246.694

18. Rubricas extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte

	2014	2013
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avals prestados	61.769.217	126.024.087
Créditos documentários abertos	21.969.212	15.231.672
	83.738.429	141.255.759
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Cobrança de valores - sobre o estrangeiro	2.678.955	6.917.890
Depósito e guarda de valores	1.160.000	1.360.00
	3.838.955	8.277.890
Responsabilidades de terceiros:		
Garantias reais	1.066.827.227	1.075.900.795
Outras contas extrapatrimoniais	27.058.010	20.014.635

19. Impostos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	2014	2013
Resultado antes de imposto	43.945.127	42.129.487
Ajustamentos:		
Salários e outras remunerações a pagar (Art.30º, nº 3, alínea c))	877.511	929.739
Prémio de desempenho a pagar (Art.30º, nº 3 alínea c))	376.672	1.104.562
Prémio de antiguidade a pagar (Art.30º, nº 3, alínea c))	290.106	104.280
Amortização não dedutíveis (Art.40º, nº 1, alínea e))	1.640.218	1.073.990
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º.2)	332.160	501.258
Amortização não dedutíveis (Art.40º, nº 1, alínea e))	388.493	430.713
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º.2)	281.766	750.146
Matéria colectável	48.132.053	47.024.175
Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)	12.033.013	11.756.044
Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores	0	0
	12.033.013	11.756.044
Pagamento por conta	(8.817.033)	(7.372.011)
Imposto a pagar (Nota 14)	3.215.980	4.384.033

Nos exercícios de 2014 e 2013, as entregas antecipadas de imposto do selo, no montante de mSTD 776.396 e mSTD 453.388, respectivamente, foram reflectidas na rubrica "Outros resultados de exploração" da demonstração dos resultados (Nota 23).

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2010 a 2014. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é

possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

20. Margem Financeira

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Juros e proveitos equiparados		
De crédito concedido	130.905.600	136.607.908
De obrigações e outros títulos	1.912.245	3.031.704
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2.485.553	2.328.453
Comissões associadas a operações de crédito	8.045.445	6.248.358
Outros	85.822	13.158
	143.434.665	148.229.581
Juros e custos equiparados		
De depósitos de clientes	22.172.997	28.225.436
Outros	-	54
	22.172.997	28.225.490

21. Rendimentos e encargos de serviços e comissões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de transferência	33.000.585	29.967.074
Comissões de garantias e avals	6.975.481	8.142.637
Comissão de intervenção	1.269.128	1.509.209
Comissão de risco	951.120	1.436.975
Comissão de cobrança - Efeitos	841	18.524
Outras comissões	23.439.169	20.196.424
	65.636.325	61.297.842
Encargos com serviços e comissões:		
Manutenção de cartões	1.510.905	2.123.059
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	298.047	469.399
Taxas de serviço	961.758	737.253
Outras comissões	417.958	448.811
	3.188.667	3.778.522

A rubrica "Rendimentos de serviços e comissões - Comissão de risco" diz respeito às comissões cobradas nas operações de adiantamento de cash-advance e na compra de cheques com cobertura de imediato.

22. Resultados de reavaliação cambial

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014			2013		
	Prejuízos	Lucros	Líquido	Prejuízos	Lucros	Líquido
Resultados sobre notas e moedas	(7.378.919)	24.011.877	16.632.985	(10.415.675)	10.984.538	568.863
Resultados em divisas	(710.614.858)	694.744.901	(15.869.957)	(691.921.427)	699.971.291	8.049.864
	(717.993.777)	718.756.778	763.001	(702.337.102)	710.955.829	8.618.727

23. Outros Resultados de exploração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Outros resultados de exploração:		
Prestação de serviços bancários diversos	7.607.159	5.267.815
Reembolso de despesas bancárias	2.878.055	2.590.795
Mais-valia na venda de imobilizado	364.138	84.439
Outros	478.837	104.973
Outros	5.299.196	4.675.064
	16.627.386	12.723.086
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	(1.931.281)	(3.440.902)
Imposto e taxas	(1.510.311)	(1.473.834)
Outros	(3.371.540)	(2.133.520)
	(6.813.132)	(7.048.255)
	9.814.253	5.674.829

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos das rubricas "Outros proveitos/custos de exploração - Outros" incluem mSTD 4.479.259 e mSTD 3.866.469, respectivamente, os quais dizem respeito a movimentos pendentes nas reconciliações bancárias das contas de depósitos à ordem com correspondentes com antiguidade anterior ao exercício de 2009.

24. Custos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	6.829.349	6.829.258
Remuneração dos empregados	42.965.101	37.474.237
Prémio de produtividade	4.405.899	4.821.401
Encargos sociais obrigatórios	1.991.759	1.738.423
Encargos sociais facultativos	918.664	551.315
Prémio de antiguidade (Nota 2.2.j))	290.106	256.831
Outros	408.070	199.751
	57.808.948	51.871.216

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco tinha ao seu serviço 152 e 135 empregados, respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Custos com Pessoal - Outros" inclui mSTD 295.395 e mSTD 134.738 referentes à festa de confraternização dos empregados organizada durante os exercícios de 2014 e 2013, respectivamente.

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

25. Gastos Gerais Administrativos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Comunicações	6.348.861	6445.498
Água, energia e combustível	6.759.411	6.016.334
Publicidade	4.112.266	5.014.075
Conservação e reparação	4.874.514	4.774.775
Viagens e representação	4.034.983	4.583.410
Rendas e alugueres	4.432.323	4.064.428
Impressos e material de consumo corrente	3.875.242	3.031.941
Serviços de informática	3.591.685	2.222.439
Segurança e vigilância	2.591.887	2.212.760
Estudos e consultas	2.465.056	1.460.489
Outros	11.797.782	12.478.740
	54.884.010	52.304.889

26. Balanço por Moeda

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2014					
	Moeda Nacional		Foreign Currency			Total
	EUR		USD	Outras	Total ME	
Caixa e disponibilidades no Banco Central	500.417.385	83.099.372	68.449.812	4.128.127	155.677.311	666.094.666
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	6.076.509	34.469.900	189.099.711	5.395.371	228.964.982	235.041.491
Outros créditos sobre instituições de crédito	0	98.514.501	161.476.162	0	259.990.663	259.990.663
Créditos sobre clientes	358.971.353	200.938.469	47.731.011	-4	248.669.476	607.640.829
Obrigações e outros títulos		24.781.392	50.445.630		75.227.022	75.225.022
Imobilizações corpóreas	195.517.317	0	0	0	0	195.517.317
Imobilizações incorpóreas	8.043.077	0	0	0	0	8.043.077
Imobilizações em curso	17.406.077	0	0	0	0	17.406.059
Imobilizações Financeiras	0	2.940.000		0	2.940.000	2.940.000
Outros activos	51.399.636	8.236.344	844.535	0	9.080.879	60.480.515
Contas de regularização	1.841.359	964.317	484.653	0	1.448.970	3.290.329
Total do Activo	1.139.672.695	453.944.295	518.531.514	9.523.494	981.999.903	2.121.671.998
Recursos de outras instituições de crédito:						
Depósitos:						
À vista	564.039.580	299.488.693	358.489.846	2.368.455	660.346.994	1.224.386.574
A prazo ou com pré-aviso	327.224.912	45.444.221	141.798.362	790.151	188.032.734	264.165.715
Recursos de outras entidades	11.249.468	1.331.612	0	503	1.332.115	11.228.482
Outros passivos	4.336.663	13.568.670	2.624.207	0	16.192.877	3.453.517
Contas de regularização	21.548.461	5.531.770	988.280	0	6.520.050	17.924.376
Provisões para riscos e encargos:						
Provisão para pensões de reforma	21.510.168	0	0	0	0	21.510.168
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Total do Passivo	949.909.252	365.364.966	503.900.695	3.159.109	872.424.770	1.822.334.022
Activo / (Passivo) líquido	189.763.443	88.579.329	14.630.819	6.364.385	109.574.533	299.337.976

	2013					
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira			Total
	EUR		USD	Outras	Total ME	
Caixa e disponibilidades no Banco Central	408.483.681	63.092.311	33.964.061	1.892.334	98.948.706	507.432.387
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	25.646.428	32.278.067	106.474.316	3.070.813	141.823.196	167.469.624
Outros créditos sobre instituições de crédito	0	98.672.280	71.112.943	0	169.785.223	169.785.223
Créditos sobre clientes	345.625.726	278.152.794	69.189.732	0	347.342.526	692.968.252
Obrigações e outros títulos	0	24.760.849	54.457.083		79.217.932	79.217.932
Imobilizações corpóreas	148.313.241	0	0	0	0	148.313.241
Imobilizações incorpóreas	1.225.573	0	0	0	0	1.225.573
Imobilizações em curso	26.545.921	0	0	0	0	26.545.921
Imobilizações Financeiras	0	2.940.000		0	2.940.000	2.940.000
Outros activos	7.642.146	9.224.088	1.117.632	0	10.341.720	17.983.866
Contas de regularização	796.775	812.605	160.535	38.666	1.011.806	1.808.581
Total do Activo	964.279.491	509.932.994	336.476.302	5.001.813	851.411.109	1.815.690.600
Recursos de outras instituições de crédito:						
Depósitos:						
À vista	587.31.847	249.663.244	241.022.068	2.761.903	493.447.215	1.080.979.062
A prazo ou com pré-aviso	195.115.651	59.023.450	136.126.600	140.285	195.290.335	390.405.986
Recursos de outras entidades	3.680.328	201.261	45.433	0	246.694	3.927.022
Outros passivos	2.068.756	3.380.982	303.857	0	3.684.839	5.753.595
Contas de regularização	21.231.775	5.616.909	593.696	0	6.210.605	27.442.380
Provisões para riscos e encargos:						
Provisão para pensões de reforma	21.510.168	0	0	0	0	21.510.168
Outras provisões	0	0	0	0	0	1.904.626
Total do Passivo	833.043.151	317.885.846	378.091.654	2.902.188	698.879.688	1.531.922.839
Activo / (Passivo) líquido	131.236.340	192.047.148	(41.651.352)	2.099.625	152.531.421	283.767.761

27. Eventos Subsequentes

Entre 31 de Dezembro de 2014 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do banco.

11. Parecer do Auditor Externo





Ao
Conselho de Administração do
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe

Relatório de Auditoria

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (adiante designado como "Banco" ou "BISTP"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 2.121.671.997 milhares de Dobras de São Tomé e Príncipe, adiante designadas por "mSTD", e um capital próprio de mSTD 299.337.971, o qual inclui resultado líquido positivo de mSTD 31.912.113), a Demonstração dos resultados e a Demonstração fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas explicativas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeira

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Bases para a Opinião com Reservas

6. O BISTP possui uma participação de 8% no capital social da SPAUT – Sociedade Gestora de Sistema de Pagamentos Automáticos, SA, empresa constituída em 2009, contabilizada no balanço do Banco na rubrica de imobilizações financeiras (ver Nota 8), pelo custo de aquisição no montante de mSTD 2.940.000. Até à presente data não se encontram disponíveis demonstrações financeiras auditadas da SPAUT, pelo que não nos é possível concluir com fiabilidade acerca do eventual montante de imparidade desta participação financeira.

7. O Banco apresenta, à data de balanço, um saldo de mSTD21.510.168 registado na rubrica do passivo de Provisões – Pensões de reforma e de sobrevivência (ver Nota 15), reconhecido no exercício de 2008, correspondente a uma estimativa efetuada pelo Conselho de Administração do BISTP àquela data, do valor atual de benefícios de reforma a conceder a empregados, os quais não foram formalmente definidos ou atribuídos até à data da emissão do presente relatório.

Opinião com Reservas

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos decorrentes das situações referidas nos parágrafos 6 e 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário, os quais se encontram resumidos nas Notas às demonstrações financeiras.

Ênfase

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que conforme divulgado na Nota 2.1, a partir de 2010 o BISTP adotou o Plano de Contas para as Instituições Financeiras ("PCIF") na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo obtido do Banco Central de São Tomé e Príncipe autorização para não aplicar um conjunto de políticas contabilísticas definidas no PCIF.

Outras matérias

10. Os valores comparativos das demonstrações financeiras anexas foram examinados por outra firma de auditores, tendo o respetivo relatório de auditoria sido emitido em 8 de Julho de 2014 e incluía uma reserva sobre o assunto referido no parágrafo 7 e uma ênfase sobre o parágrafo 9 acima.

3 de julho de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2014

BISTP
PwC 2 de 2

12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

No desempenho das funções que lhe estão atribuídas pela Lei Bancária, em geral, e pelos Artigos 20º e 21º dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), cumpre ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas anuais, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

DESDE SEMPRE - PARA SEMPRE

Praça da Independência
C.P. 536 - S. Tomé
República Dem. de S. Tomé e Príncipe

Tel: +2381 224 31 00
Fax: +2381 222 24 22
Email: geral@bistp.st
www.bistp.st



A fiscalização do Banco para além das entidades de supervisão da actividade bancária, compete ao Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas – Deloitte & Associados, SROC S.A.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e tendo em consideração o modelo de governação adoptado pelo BISTP, acompanhou e fiscalizou regularmente os actos de gestão do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, acedendo às actas das reuniões realizadas por estes órgãos e à documentação que suporta as decisões tomadas.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos documentos de suporte das contas trimestrais do Banco e do Balanço e Contas de Demonstração de Resultados provisórias de 2010, em Maio último, e definitivas no decurso do corrente mês.

O Conselho Fiscal tomou, ainda, conhecimento do Relatório do auditor externo que autentica a veracidade e conformidade das demonstrações financeiras do BISTP, as quais compreendem o Balanço e as Demonstrações dos resultados das operações e de origem e aplicação de fundos, em todos os aspectos materialmente relevantes e de acordo com as Normas do Banco Central de São Tomé e Príncipe e com os princípios contabilísticos aplicáveis, excepto quanto aos efeitos de eventuais ajustamentos derivados das reservas apontadas e efeitos dos assuntos referidos como ênfase, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco.

Em termos das conclusões da análise da situação patrimonial do Banco e das Contas e Demonstração de Resultados do exercício de 2010, o Conselho Fiscal salienta as seguintes:

1. O Activo líquido do Banco cifrou-se em 1.296 mil milhões de STD, o que representa um crescimento de 16,6% face a 2009;
2. O crédito concedido atingiu os 772 mil milhões de STD tendo crescido 41% face a 2009 e a que corresponde um nível de transformação de depósitos de 78% que compara com um nível de transformação de 67% observado no ano anterior, o que aliado ao facto de os depósitos à ordem, não remunerados, representarem 73% do total, traduz um significativo impacto positivo na margem financeira;
3. O crédito e juros vencidos situaram-se em 40,3 mil milhões de STD com um crescimento de 8% face a 2009 e correspondem a 5% do total da carteira de crédito;
4. O volume de crédito detido pelos 50 maiores clientes representa 48% do total da carteira pelo que consideramos não existir risco de concentração. Em depósitos, os 50 maiores clientes representam somente 17% do total pelo que não há risco de concentração;
5. O crédito concedido em Moeda Estrangeira no contravalor em STD no montante de 622 mil milhões, maioritariamente em Euros, representa 81% do total da carteira;
6. O imobilizado corpóreo e em curso, líquido de amortizações, observou um crescimento, face a 2009, na ordem dos 18 mil milhões de STD, investimentos relacionados, essencialmente, com as novas instalações do Banco;

DESDE SEMPRE - PARA SEMPRE

Praça da Independência
C.P. 536 - S. Tomé
República Dem. de S. Tomé e Príncipe

Tel: +2381 224 31 00
Fax: +2381 222 24 22
Email: geral@bistp.st
www.bistp.st



7. O *Software* registado no Imobilizado Incorpóreo, líquido de amortizações, aumentou 4,4 mil milhões de STD, face a 2009;
8. O Banco apresenta uma posição cambial longa em Euros em USD. Considerando que a taxa de câmbio €/STD é fixa, mas a taxa de câmbio USD/STD está sujeita a variações não controláveis e imprevisíveis, verifica-se existir um significativo risco cambial em relação aos USD que poderá ter um forte impacto negativo nas contas do banco;
9. Com a actual taxa fixa do Euro/STD (24.500), os proveitos originados na reavaliação cambial sofreram uma brutal quebra, registando apenas 21 mil milhões de STD, quando no ano de 2009 se tinham situado em 81 mil milhões de STD, o que está bem reflectido no produto bancário e resultados líquidos anuais, fixando-se estes em 26,7 mil milhões de STD, resultado sensivelmente idêntico ao observado em 2009, não obstante o significativo crescimento da actividade global do Banco e correspondente crescimento da margem financeira (+55%);
10. A estrutura de custos observou um elevado crescimento cifrando-se os custos com o pessoal em 38,7 mil milhões de STD, cerca de 51% dos custos totais de funcionamento, correspondendo a um crescimento de 26,8 % face a 2009. Os gastos gerais e serviços de terceiros apresentaram um crescimento de 19% face a 2009;
11. A quebra nos resultados cambiais é a principal causa da deterioração do nível de eficiência do Banco em 2010, situando-se o rácio *cost-to-income* em 57% quando em 2009 o rácio se situava em 44%;
12. Os custos relacionados com patrocínios, donativos e brindes cifraram-se em 3 mil milhões de STD, registando um crescimento de 19% face a 2009, representando 4% das despesas gerais de funcionamento e 11,4 % dos resultados líquidos. Não obstante as responsabilidades do BISTP de natureza cultural e social no desenvolvimento do país, a actual estrutura de custos e proveitos face ao contexto económico e financeiro deve ser devidamente ponderada;
13. Continua por resolver a questão da provisão para um eventual Fundo de Pensões do Banco que constitui uma das reservas, de natureza formal, constante do relatório da Deloitte.

PARECER

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia-Geral:

1. Aprove o Relatório e Contas do exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração;
2. Pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão.

E nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal deu por findos os trabalhos da reunião tendo-se lavrado a presente acta que vai ser assinada pelos seus membros, após a sua leitura e aprovação.

DESDE SEMPRE - PARA SEMPRE

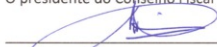
Praga da Independência
C.P. 536 - S. Tomé
República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Tel. (+391) 224 31 00
Fax (+391) 222 24 27
Email: geral@bista.st
www.bista.st



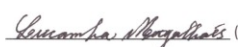
Cidade de São Tomé, 21 de Outubro de 2011

O presidente do Conselho Fiscal

 (João Manuel Barata da Silva)

Os Vogais do Conselho Fiscal

 (Idalino Rita)

 (Lucamba Magalhães)

DESDE SEMPRE - PARA SEMPRE

Praga da Independência
C.P. 536 - S. Tomé
República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Tel. (+391) 224 31 00
Fax (+391) 222 24 27
Email: geral@bista.st
www.bista.st